



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

LIDERANÇAS - 2015

BLOCO MINAS MELHOR (COLIGAÇÃO PT - PMDB - PRB - PCdoB - PTdoB - PROS - PR)	
Líder	Deputado Rogério Correia
Vice-Líderes	Deputado Cristiano Silveira Deputado Doutor Jean Freire Deputado Emidinho Madeira Deputado Celinho do Sinttrocel Deputada Rosângela Reis

BLOCO COMPROMISSO COM MINAS GERAIS (COLIGAÇÃO PV - PSB - PTN - PMN - PEN - PTC - PHS - PPS - PSC - PSD)	
Líder	Deputado Agostinho Patrus Filho
Vice-Líderes	Deputado Douglas Melo Deputado Glaycon Franco Deputado Roberto Andrade Deputado Thiago Cota Deputado Wander Borges

BLOCO VERDADE E COERÊNCIA (COLIGAÇÃO PSDB - PTB - PDT - PP - DEM)	
Líder	Deputado Gustavo Corrêa
Vice-Líderes	Deputado Carlos Pimenta Deputado Dilzon Melo Deputado Felipe Attiê Deputado João Vítor Xavier Deputado Neilando Pimenta

LIDERANÇA DA MAIORIA	
Líder	Deputado Vanderlei Miranda

LIDERANÇA DA MINORIA	
Líder	Deputado Gustavo Valadares



LIDERANÇA DO GOVERNO	
Líder	Deputado Durval Ângelo
Vice-Líderes	Deputado Bosco Deputado Cabo Júlio Deputado Dirceu Ribeiro Deputado Fábio Cherem Deputado Léo Portela

COMISSÕES PERMANENTES**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado João Magalhães	PMDB - BMM	Presidente
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV - BCMG	Vice- Presidente
Deputado Gustavo Valadares	PSDB - BVC	
Deputado Fábio Cherem	PSD - BCMG	
Deputado Cabo Júlio	PMDB - BMM	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM - BVC	
Deputada Cristina Corrêa	PT - BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Iran Barbosa	PMDB - BMM	
Deputado Thiago Cota	PPS - BCMG	
Deputado João Vítor Xavier	PSDB - BVC	
Deputado Cássio Soares	PSD - BCMG	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB - BMM	
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB - BVC	
Deputado Paulo Lamac	PT - BMM	

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Fred Costa	PEN - BCMG	Presidente
Deputado Wander Borges	PSB - BCMG	Vice-Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB - BVC	
Deputada Geisa Teixeira	PT - BMM	
Deputada Rosângela Reis	PROS - BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Noraldino Júnior	PSC - BCMG	
Deputado Thiago Cota	PPS - BCMG	



Deputado João Leite	PSDB - BVC
Deputado Paulo Lamac	PT - BMM
Deputado Doutor Jean Freire	PT - BMM

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Leonídio Bouças	PMDB - BMM	Presidente
Deputado João Alberto	PMDB - BMM	Vice-Presidente
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB - BVC	
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB - BVC	
Deputado Antônio Jorge	PPS - BCMG	
Deputado Isauro Calais	PMN - BCMG	
Deputado Cristiano Silveira	PT - BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Celise Laviola	PMDB - BMM	
Deputado Durval Ângelo	PT - BMM	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT - BVC	
Deputado Felipe Attiê	PP - BVC	
Deputado Fabiano Tolentino	PV - BCMG	
Deputado Agostinho Patrus Filho	PPS - BCMG	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB - BMM	

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias: quarta-feiras - 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Bosco	PTdoB - BMM	Presidente
Deputada Cristina Corrêa	PT - BMM	Vice-Presidente
Deputado Wander Borges	PSB - BCMG	
Deputada Ione Pinheiro	DEM - BVC	
Deputado Thiago Cota	PPS - BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Doutor Jean Freire	PT - BMM	
Deputado Elismar Prado	PT - BMM	
Deputada Arlete Magalhães	PTN - BCMG	
Deputado Arlen Santiago	PTB - BVC	
Deputado Glaycon Franco	PTN - BCMG	

**COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE**

Reuniões Ordinárias: quintas-feiras - 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Elismar Prado	PT - BMM	Presidente
Deputado Roberto Andrade	PTN - BCMG	Vice-Presidente
Deputado Noraldino Júnior	PSC - BCMG	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT - BVC	
Deputado Douglas Melo	PSC - BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Leonídio Bouças	PMDB - BMM	
Deputado Anselmo José Domingos	PTC- BCMG	
Deputado Tony Carlos	PMDB - BMM	
Deputado João Vitor Xavier	PSDB- BVC	
Deputado Fred Costa	PEN- BCMG	

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 15h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Duarte Bechir	PSD - BCMG	Presidente
Deputado Tito Torres	DEM - BVC	Vice-Presidente
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB - BVC	
Deputado Elismar Prado	PT - BMM	
Deputado Arnaldo Silva	PR - BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Antônio Jorge	PPS - BCMG	
Deputada Ione Pinheiro	DEM - BVC	
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB - BVC	
Deputada Rosângela Reis	PROS - BMM	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB- BMM	

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Cristiano Silveira	PT - BMM	Presidente
Deputado Durval Ângelo	PT - BMM	Vice-Presidente



Deputado Carlos Pimenta	PDT - BVC
Deputado Duarte Bechir	PSD - BCMG
Deputado Paulo Lamac	PT - BMM
MEMBROS SUPLENTE:	
Deputado Ricardo Faria	PCdoB- BMM
Deputado Emidinho Madeira	PTdoB - BMM
Deputado Missionário Marcio Santiago	PTB - BVC
Deputado Fábio Cherem	PSD - BCMG
Deputado Cabo Júlio	PMDB - BMM

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias: quintas-feiras - 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Paulo Lamac	PT - BMM	Presidente
Deputado Douglas Melo	PSC - BCMG	Vice-Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB - BVC	
Deputado Professor Neivaldo	PT- BMM	
Deputado Ivair Nogueira	PT - BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Cristina Corrêa	PT - BMM	
Deputado Fred Costa	PEN - BCMG	
Deputada Ione Pinheiro	DEM - BVC	
Deputado Cristiano Silveira	PT - BMM	
Deputada Arlete Magalhães	PTN - BCMG	

COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 11 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Anselmo José Domingos	PTC - BCMG	Presidente
Deputado Geraldo Pimenta	PCdoB - BMM	Vice-Presidente
Deputado Antonio Lerin	PSB - BCMG	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB - BMM	
Deputado João Vitor Xavier	PSDB - BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Douglas Melo	PSC - BCMG	
Deputada Geisa Teixeira	PT - BMM	



Deputado Wander Borges	PSB - BCMG
Deputado Gilberto Abramo	PRB - BMM
Deputado Gustavo Valadares	PSDB - BVC

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Tiago Ulisses	PV - BCMG	Presidente
Deputado Vanderlei Miranda	PMDB - BMM	Vice-Presidente
Deputado Rogério Correia	PT - BMM	
Deputado Felipe Attiê	PP - BVC	
Deputado Arnaldo Silva	PR - BMM	
Deputado Tito Torres	PSDB - BVC	
Deputado Thiago Cota	PPS - BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV - BCMG	
Deputado Iran Barbosa	PMDB - BMM	
Deputada Marília Campos	PT - BMM	
Deputado Gil Pereira	PP - BVC	
Deputada Celise Laviola	PMDB - BMM	
Deputado João Vítor Xavier	PSDB - BVC	
Deputado Cássio Soares	PSD - BCMG	

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Cássio Soares	PSD - BCMG	Presidente
Deputado Inácio Franco	PV - BCMG	Vice-Presidente
Deputada Marília Campos	PT - BMM	
Deputado Dilzon Melo	PTB - BVC	
Deputado Iran Barbosa	PMDB - BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Tiago Ulisses	PV - BCMG	
Deputado Fábio Cherem	PSD - BCMG	
Deputado Tony Carlos	PMDB - BMM	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM - BVC	
Deputado Bosco	PTdoB - BMM	

**COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Gil Pereira	PP - BVC	Presidente
Deputado Bosco	PTdoB - BMM	Vice-Presidente
Deputado Tony Carlos	PMDB - BMM	
Deputado Glaycon Franco	PTN - BCMG	
Deputado João Vítor Xavier	PSDB - BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Felipe Attiê	PP - BVC	
Deputado Arnaldo Silva	PR - BMM	
Deputado João Magalhães	PMDB - BMM	
Deputado Roberto Andrade	PTN - BCMG	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM - BVC	

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias: quintas-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputada Marília Campos	PT - BMM	Presidente
Deputado Doutor Jean Freire	PT - BMM	Vice-Presidente
Deputado João Leite	PSDB - BVC	
Deputado Emidinho Madeira	PTdoB - BMM	
Deputado Fábio Cherem	PSD - BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Geisa Teixeira	PT - BMM	
Deputada Rosângela Reis	PROS - BMM	
Deputado João Vítor Xavier	PSDB - BVC	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB - BMM	
Deputado Cássio Soares	PSD - BCMG	

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Fabiano Tolentino	PPS - BCMG	Presidente
Deputado Emidinho Madeira	PTdoB - BMM	Vice-Presidente



Deputado Inácio Franco	PV - BCMG
Deputado Nozinho	PDT - BVC
Deputado Rogério Correia	PT - BMM
MEMBROS SUPLENTE:	
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV - BCMG
Deputado João Magalhães	PMDB - BMM
Deputado Antônio Carlos Arantes	PSDB - BVC
Deputado Cristiano Silveira	PT - BMM
Deputado Dirceu Ribeiro	PHS - BCMG

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Antônio Jorge	PPS - BCMG	Presidente
Deputado Missionário Marcio Santiago	PTB - BVC	Vice-Presidente
Deputada Ione Pinheiro	DEM - BVC	
Deputado Léo Portela	PR - BMM	
Deputado Leandro Genaro	PSB - BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Douglas Melo	PSC - BCMG	
Deputado Dilzon Melo	PTB - BVC	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM - BVC	
Deputado Vanderlei Miranda	PMDB - BMM	
Deputado Antonio Lerin	PSB - BCMG	

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Gilberto Abramo	PRB - BMM	Presidente
Deputado Léo Portela	PR - BMM	Vice-Presidente
Deputado Dilzon Melo	PTB - BVC	
Deputado Tiago Ulisses	PV - BCMG	
Deputado Cássio Soares	PSD - BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Rogério Correia	PT - BMM	
Deputado João Alberto	PMDB - BMM	



Deputado Bonifácio Mourão	PSDB - BVC
Deputado Wander Borges	PSB - BCMG
Deputado Fabiano Tolentino	PPS - BCMG

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Arlen Santiago	PTB - BVC	Presidente
Deputado Carlos Pimenta	PDT - BVC	Vice-Presidente
Deputado Glaycon Franco	PTN - BCMG	
Deputado Doutor Jean Freire	PT - BMM	
Deputado Ricardo Faria	PCdoB - BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Antônio Jorge	PPS - BCMG	
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB - BVC	
Deputado Fred Costa	PEN - BCMG	
Deputado Leonídio Bouças	PMDB - BMM	
Deputado Geraldo Pimenta	PCdoB - BMM	

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Sargento Rodrigues	PDT - BVC	Presidente
Deputado João Leite	PSDB - BVC	Vice-Presidente
Deputado Professor Neivaldo	PMDB - BMM	
Deputada Celise Laviola	PMDB - BMM	
Deputado Cabo Júlio	PMDB - BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Carlos Pimenta	PDT - BVC	
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB - BVC	
Deputada Cristina Corrêa	PT - BMM	
Deputado Emidinho Madeira	PTdoB - BMM	
Deputado	PCdoB - BMM	

**COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL**

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB - BMM	Presidente
Deputada Geisa Teixeira	PT - BMM	Vice-Presidente
Deputado Isauro Calais	PMN - BCMG	
Deputado Gil Pereira	PP - BVC	
Deputado Gustavo Corrêa	PSDB - BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Geraldo Pimenta	PCdoB - BMM	
Deputado Bosco	PTdoB - BMM	
Deputado Dirceu Ribeiro	PHS - BCMG	
Deputado Felipe Attiê	PP - BVC	
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB - BVC	

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Deiró Marra	PR - BMM	Presidente
Deputado Anselmo José Domingos	PTC - BCMG	Vice-Presidente
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB - BMM	
Deputado Neilando Pimenta	PP - BVC	
Deputado Gustavo Valadares	PSDB - BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Léo Portela	PR - BMM	
Deputado Cássio Soares	PSD - BCMG	
Deputado Arnaldo Silva	PR - BMM	
Deputado Felipe Attiê	PP - BVC	
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB - BVC	

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Antônio Carlos Arantes	PSDB - BVC	Presidente
Deputado Felipe Attiê	PP - BVC	Vice-Presidente
Deputado Roberto Andrade	PTN - BCMG	
Deputado Antonio Lerin	PSB - BCMG	



Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB - BMM
MEMBROS SUPLENTE:	
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB - BVC
Deputado Neilando Pimenta	PP - BVC
Deputado Anselmo José Domingos	PTC - BCMG
Deputado Wander Borges	PSB - BCMG
Deputado Professor Neivaldo	PT - BMM

COMISSÃO DE ÉTICA

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB - BVC	Presidente
Deputado Gilberto Abramo	PRB - BMM	Vice-Presidente
Deputado Gustavo Corrêa	DEM - BVC	
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV - BCMG	
Deputado Tiago Ulisses	PV - BCMG	
Deputado Rogério Correia	PT - BMM	
Deputado Durval Ângelo	PT - BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Carlos Pimenta	PDT - BVC	
Deputado Cristiano Silveira	PT - BMM	
Deputado Dilzon Melo	PTB - BVC	
Deputado Thiago Cota	PPS - BCMG	
Deputado Glaycon Franco	PTN - BCMG	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB - BMM	
Deputado Leonídio Bouças	PMDB - BMM	

Ouvidor-Geral: Deputado Inácio Franco

SUMÁRIO

1 - ATAS

- 1.1 - 8ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura - Destinada à entrega do título de cidadão honorário do Estado de Minas Gerais ao Sr. Paulo Renato Paim
- 1.2 - 9ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura
- 1.3 - Reuniões de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

- 2.1 - Plenário
- 2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 3.1 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



7 - ERRATAS



ATAS

ATA DA 8ª REUNIÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 29/5/2015**Presidência do Deputado Rogério Correia**

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da Reunião - Composição da Mesa - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Celinho do Sinttrocel - Entrega de Título - Palavras do Sr. Paulo Renato Paim - Palavras do Presidente - Encerramento - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem os deputados e a deputada:

Celinho do Sinttrocel - Cristiano Silveira - Marília Campos - Rogério Correia - Wander Borges.

Abertura

O presidente (deputado Rogério Correia) - Às 16h10min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra o 2º-secretário para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O deputado Cristiano Silveira, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a entregar ao senador da República, Sr. Paulo Renato Paim, o título de cidadão honorário do Estado de Minas Gerais, concedido, a requerimento do deputado Celinho do Sinttrocel, pelo governador do Estado, por meio de decreto publicado no *Diário do Executivo*, em 22 de outubro de 2011.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa o Exmo. Sr. Paulo Renato Paim, senador da República; as Exmas. Sras. Diana de Lima Prata Camargos, defensora pública e assessora institucional, representando a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais; e deputada Marília Campos; e os Exmos. Srs. deputados Wander Borges; Cristiano Silveira; e Celinho do Sinttrocel, este autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Deputado Celinho do Sinttrocel

Sr. Presidente, deputado Rogério Correia, caros companheiros presentes, companheiro e amigo senador Paulo Paim, caros deputadas e deputados presentes, amigas e amigos, servidores da Assembleia, telespectadores que nos acompanham pela nossa TV Assembleia, boa tarde a todos.

Estamos reunidos no Plenário da Assembleia para entregar ao senador Paulo Paim o título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais. Recebê-lo aqui, companheiro Paulo Paim, nesta data de 29/5/2015, é muito simbólico e coerente com sua trajetória e sua militância. Afinal, hoje é o dia nacional de mobilização, paralisação e luta contra a terceirização, as Medidas Provisórias n°s 664 e 665, o ajuste fiscal e de defesa dos direitos democráticos e populares.

Filho de dona de casa italiana e de pai metalúrgico, Paim nasceu em Caxias do Sul, onde começou a trabalhar ainda criança. No Senai, aprendeu os ofícios de matizeiro e ferramenteiro, seguindo os passos do pai. No processo de retomada das lutas populares, depois da longa noite ditatorial, aos 31 anos, Paim foi eleito presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas, onde cumpriu dois mandatos. Por sua combatividade e dedicação ao movimento sindical, em 1982 foi eleito presidente da CUT do Rio Grande do Sul. Em 1983 foi indicado secretário-geral da CUT nacional e, em 1985, assumiu a sua vice-presidência. Na ocasião, organizou uma marcha de trabalhadores de Canoas a Porto Alegre, que reuniu mais de 20 mil pessoas em frente ao Palácio do Governo contra a ditadura e o desemprego, consolidando seu compromisso com as causas populares.

O povo do Rio Grande, generoso que é, colocou o dirigente sindical combativo à disposição do conjunto das classes trabalhadoras brasileiras, elegendo Paulo Paim deputado federal constituinte em 1986. Na elaboração da Carta Magna, Paim foi um dos principais articuladores das conquistas do capítulo da Constituição que trata da ordem social. Por sua prática irretocável, foi reconduzido à Câmara dos Deputados por mais três mandatos, em que, entre outras ações, criou e coordenou a Frente Parlamentar Brasil-África do Sul; presidiu a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara; foi membro da Comissão de Seguridade Social e Família, autor e coordenador da Frente Parlamentar em Defesa da Previdência Social, criador e coordenador da Frente Parlamentar em Defesa do Salário Mínimo; idealizou e coordenou a Frente Parlamentar e de Entidades Cíveis em Defesa da CLT; lutou pela aprovação do salário-mínimo de US\$100,00; defendeu os trabalhadores do setor privado, os servidores públicos, os assalariados em geral e os aposentados e pensionistas.

Junto com o meu saudoso camarada Sérgio Miranda, foi um dos baluartes da luta pela manutenção e ampliação dos direitos previdenciários de nosso povo e travou o bom combate contra o fator previdenciário, que, felizmente, pode estar com seus dias contados. Permitam-me aqui um parêntese: da tribuna desta Casa, solicito à presidenta Dilma que enterre de vez o fator previdenciário, não vetando as alterações na base de cálculo aprovadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. Só por tais iniciativas, Paulo Paim já tinha o reconhecimento dos brasileiros e brasileiras e merecia o respeito de todos.



Em 2002, pela envergadura de seu trabalho, os gaúchos o elegeram senador da República, e ele correspondeu às novas expectativas ao garantir a aprovação do Estatuto do Idoso e do Estatuto da Igualdade Racial. E mantém-se firme pela aprovação do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

No Senado, entre tantas outras ações e tarefas, foi membro da Subcomissão do Idoso, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, e da Subcomissão em Defesa do Emprego e da Previdência, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais; atualmente, preside a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado.

Lembro aqui que Paulo Paim foi muito importante para a aprovação do Estatuto dos Motoristas e da Lei nº 12.619, a Lei do Descanso, posteriormente desfigurada por deputados insensíveis às necessidades dos rodoviários e dos usuários de nossas estradas e serviços da ganância do capital.

Na Câmara e no Senado, Paulo Paim é autor de mais de mil projetos em diversas áreas de atuação. Entre suas lutas atuais, destacam-se: a elevação do salário-mínimo até atingir o que manda a Constituição Federal; vinculação definitiva dos proventos de aposentados e pensionistas ao salário-mínimo e sua atualização para que voltem ao patamar da época da concessão de seus benefícios; o fim do fator previdenciário; a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, sem redução de salário; o fim da demissão imotivada; tratamento de temas relevantes para a vida nacional, como, por exemplo: a violência e os direitos humanos; a situação da Previdência Social; a preservação do meio ambiente; a situação dos povos indígenas; a eliminação da discriminação racial; os direitos das pessoas com deficiência; as condições e os acidentes de trabalho; a redução da idade penal; a adoção de cotas e de ações afirmativas; os direitos dos indígenas.

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado tornou-se uma tribuna para a cidadania, dando voz e vez ao nosso povo.

Paulo Paim, por 16 anos consecutivos, foi apontado pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar - Diap - como um dos 100 parlamentares mais influentes do Poder Legislativo.

Paulo Paim é uma referência indispensável para o movimento sindical brasileiro. Sua atuação parlamentar é marcada pela ligação direta e um compromisso visceral com o mundo do trabalho, em especial com os milhões e milhões de trabalhadores e trabalhadoras assalariados do País.

Por tudo isto e muito mais é que Paulo Renato Paim alimenta com sonhos e esperanças a luta de milhares e milhares de militantes e ativistas populares pelo Brasil afora. E eu me coloco entre eles.

Companheiro Paulo Paim, nosso mais novo conterrâneo, seja bem-vindo ao universo da mineiridade. E você vem em boa hora. Esta é sua primeira visita a uma Minas Gerais nova, bem diferente da que você conheceu. O governador Fernando Pimentel renovou esperanças, corrigiu rumos, promoveu mudanças de procedimentos, como na relação com os servidores públicos, e aponta para o atendimento de reivindicações democráticas e históricas das classes trabalhadoras, como a adoção do piso salarial estadual.

Camarada Paulo Paim, no momento em que o País vive o aprofundamento das manifestações da crise em âmbito nacional, sua militância é para nós um exemplo. Concordamos com você, a saída da crise não pode significar mais sacrifícios para as classes trabalhadoras. O caminho é defender os interesses nacionais e os direitos do povo.

Caro Paulo Paim, este encontro de hoje sela um compromisso de união entre os trabalhadores dos Pampas e seus irmãos das Alterosas. E daqui, convocamos a todos os brasileiros para, juntos, resistirmos aos ataques conservadores e afirmar um caminho onde as maiorias nacionais sejam protagonistas de seu próprio futuro.

Vamos juntos seguir os passos de Tiradentes e lutar por uma sociedade justa e fraterna.

Senador, mais uma vez, somos todos agradecidos pela sua dedicação ao nosso povo. Paulo Paim, seja bem-vindo à sua nova terra. Muito obrigado.

Entrega de Título

O locutor - Neste momento, o deputado Rogério Correia, representando o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Adalclever Lopes, fará a entrega do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais ao senador da República, Sr. Paulo Renato Paim, passando-lhe às mãos o diploma. O título a ser entregue contém os seguintes dizeres: “Cidadania Honorária do Estado de Minas Gerais. O governador do Estado de Minas Gerais, atendendo a requerimento aprovado pela Assembleia Legislativa, de autoria do deputado Celinho do Sinttrocel, nos termos do decreto de 21/10/2011, concede ao Sr. Paulo Renato Paim o título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais, em reconhecimento aos esforços empreendidos no âmbito do Poder Legislativo para a promoção e desenvolvimento da seguridade social”.

Convidamos o deputado Celinho do Sinttrocel, autor do requerimento, para participar da entrega do título.

- Procede-se à entrega do título.

Palavras do Sr. Paulo Renato Paim

Meus amigos e minhas amigas, em primeiro lugar cumprimento o governador Fernando Pimentel pela sanção do projeto que referendou a posição desta Casa de me agraciar, eu diria, de me acolher, de me abraçar com o título de cidadão mineiro. De hoje em diante, podem crer que quando eu andar pelos pampas gaúchos, direi: “sou gaúcho, porque nasci nesses pampas, mas sou mineiro, porque meu coração está naquele estado também”.

Desculpem-me esse tom mais forte de emoção, mas, quando chegamos a essa idade, ficamos um pouco mais frágeis, parece que nossa alma chora e o coração bate mais forte.

Esses dias me perguntaram - e vou falando já, meu querido deputado Rogério Correia, que neste momento preside a Casa, representando o deputado Adalclever Lopes - por que eu tinha tanta gana, tanta força energética - assim me perguntaram - para defender o nosso povo, os trabalhadores, dizendo que estou com 65 anos e parecia que estava chegando ao parlamento. Sabem por quê? João Paulo, não é preciso que nenhum de vocês fale. Basta que vocês, homens e mulheres, trabalhadores deste país, olhem para mim, que isso me dá energia para lutar, lutar, lutar e caminhar nessa estrada bonita da vida que garante a liberdade total dos trabalhadores, jogando na lata do lixo, por exemplo, o PL nº 4.330 na Câmara dos Deputados. É isso que me dá energia.



Minha querida Dra. Diana Lima Prata Camargos, defensora pública, como é bom ver a Defensoria Pública sempre olhando, advogando para os mais pobres, para os que mais precisam e que muitas vezes não podem pagar a um advogado constituído. Por isso sempre estive e estarei ao lado da Defensoria Pública.

Minha querida deputada Marília Campos. A deputada Marília Campos tinha agora uma reunião estadual do nosso partido. Ela avisou que não iria, que queria ficar aqui, neste momento, para me dar um abraço. Uma salva de palmas para minha querida deputada.

Exmo. Sr. Deputado Wander Borges, que foi autor da reunião, tentarei ser o mais breve possível, porque quero continuar ouvindo. Uma salva de palmas para esse querido deputado. Esta reunião tem sua mão, sua assinatura.

Deputado Cristiano Silveira, que chegou aqui e fez questão de vir em tempo de participar do debate, representando, junto com os outros deputados, esta Casa, que, por unanimidade, concedeu-me essa honraria. Minhas palmas também a V. Exa.

Deixei para o final, deputado Celinho do Sinttrocel, que é autor do requerimento e que me concede o título que aqui recebi para ser considerado cidadão mineiro. Deputado Celinho do Sinttrocel, quando você falou aqui, senti-me contemplado na íntegra. Não tenho mais nada a dizer a não ser palmas, palmas pelo seu pronunciamento.

Permitam-me, rapidamente, dizer a todos vocês que, de fato, há uma onda conservadora que invade o Congresso Nacional e que nos deixa a todos preocupados. Por isso estamos aqui hoje; por isso o dia 29 é um dia de luta nacional; por isso queria também dizer a vocês que estamos aqui discutindo o PL nº 30, que de fato é inaceitável. Não tenham nenhuma dúvida.

Perguntaram-me também: “Você está com 65 anos. Você vai conseguir ir aos 27 estados?” Quero dizer para vocês: o meu gabinete é contra, porque acha que saí recentemente de uma operação, estou com um problema na coluna e tenho outros probleminhas que não contarei a vocês. Por isso tomo cinco, seis remedinhas por dia.

Só respondi o seguinte: se for para liquidar, como eu disse no Plenário do Senado, se for para jogar na lata do lixo o PL nº 30, que significa para vocês o PL nº 4.330, eu vou, nem que seja de maca, aos 27 estados deste país para liquidar esse projeto que quer colocar o nosso povo de quatro no regime de escravidão.

Também devemos travar outra batalha. Quero dar esses dois exemplos, porque são tantas batalhas de todos nós, mas quero também cumprimentar os trabalhadores que precisaram sair para participar do ato e vocês que ficaram aqui, meus amigos do Correio, enfim, todas as aias, que sempre estiveram do meu lado, que sabem daquela luta da periculosidade, a batalha boa que travamos. Todas essas batalhas nos fazem assumir o compromisso. Independentemente da nossa idade, meus amigos aposentados e pensionistas, idosos ou não, devemos agir sempre com a sabedoria dos mestres, dentro de uma tática estratégica para vencer os nossos inimigos conservadores. Mas precisamos ter sempre a coragem dos tigres para não vacilar cada vez que ameaçam com isso ou com aquilo, com a política do “é dando que se recebe”. A mim nunca ofereceram nada, nenhum centavo. Se oferecer um centavo na linha da propina, por Deus, faço engolir de volta. Que eles saibam isso. Se eu disser que alguém me entregou uma única proposta de sedução ou troca do tipo “é dando que se recebe”, mentiria. A mim eles não têm coragem de entregar, a mim nunca sequer propuseram. Portanto, estou muito tranquilo de ser alguém que tem compromissos não com coisas, mas somente com causas. As causas é que me abraçam, e eu as abraço. Por isso estou nessa luta sempre ao lado de vocês.

E quero concluir dizendo que a luta do fator previdenciário não terminou. Estamos lá, pela terceira vez o Senado votou para derrubar o fator previdenciário, a lei mais cruel desde a ditadura. Essa é a lei mais cruel que apareceu neste país. Lembro e repito aqui, e vou concluir: é justo que o Executivo, o Legislativo e o Judiciário tenham o teto de mais de R\$33.000,00? E não se aplica fator, e V. Exa. sabe, doutor, como eu também sei, porque estou lá, o fator não nos atinge. Mas quem ganha o teto de R\$4.623,00, que são os trabalhadores assalariados, e a maioria não ganha nem sequer isso, aplica-se o mesmo cálculo, ou seja, pegam-se as 80 maiores contribuições de 1994 para cá, faz-se a média, que resulta no salário integral. Aplicam para vocês a mesma regra, mas depois aplicam o tal do fator redutor, calcula-se a idade, o tempo de contribuição, a expectativa de vida, fazem um cálculo matemático e cortam pela metade o salário de vocês na hora da aposentadoria. Qual homem de bem pode concordar com isso? Duvido que haja um homem sério e de bem que concorde com isso.

Portanto, venho travando essa luta do fator desde que surgiu. Votei contra no governo anterior, mas não se justifica que neste governo mantenhamos esse tal de fator previdenciário, que é covarde, que agride os mais fracos em matéria de salário, não em matéria de coragem, energia e luta como vocês estão demonstrando aqui. Por isso aprovamos lá no Senado, e foi para a presidenta Dilma, e quero aqui, de Minas Gerais, este estado bonito, de povo trabalhador, que sabe o que quer, mandar um recado para a presidenta Dilma: por favor, estou pedindo neste dia em que sou homenageado, não vete o fator previdenciário. É o mínimo de justiça a esse povo que te elegeu por duas vezes e elegeu o presidente Lula por duas vezes. É o mínimo de justiça. Precisamos engolir essas duas MPs, e todos sabem que muita gente foi votar lá praticamente com o gesto que faço agora. (- Tampa o nariz.) Preciso contar isso. Houve um único senador, quando as duas MPs foram votadas, que puxou palmas.

Houve um silêncio total no Plenário. Todos os senadores se voltaram e olharam para ele, indagando o que havia para se festejar. Não há o que festejar? Todos os senadores, os que votaram contra e os que votaram a favor, não estavam aceitando aquele processo de se votar uma política econômica pequena em vez de uma macropolítica. Eu mesmo apresentei por três vezes um projeto que não tiveram coragem de votar. Por que não tiveram coragem de votar, por exemplo, a taxação das grandes fortunas, que geraria bilhões de reais, muito mais do que os R\$6.000.000.000,00 ou R\$12.000.000.000,00 que vão ser gerados por essas duas medidas provisórias? Por que não contratam mais 100, 200 ou 300 fiscais do Trabalho ou fiscais da Receita Federal? Vocês mesmos, meus amigos fiscais, dizem que, se contratarem mais fiscais, para fiscalizar e combater a sonegação e a corrupção, vocês colocarão, não os R\$5.000.000.000,00, R\$6.000.000.000,00 ou R\$10.000.000.000,00 - uma mixaria para um país como este, que tem um orçamento de trilhões -, mas R\$100.000.000.000,00 ou R\$200.000.000.000,00 a mais no caixa do governo. Se a sonegação só na Previdência chega a R\$500.000.000.000,00, por que não contratar fiscais para combatê-la? Fica mais uma apelo à presidenta Dilma: vamos contratar mais fiscais para a Receita e para o Trabalho! Juro que mudo totalmente o discurso que faço da tribuna se com isso eles não colocarem mais R\$200.000.000.000,00 naquele cofre de que tanto precisamos para investimento no campo social.



Para concluir, já que não é possível fazer uma análise total do pacto federativo e da reforma tributária, volto ao fator previdenciário. Pode ser que eu me engane, mas fizemos um pacto no Senado, entre oposição e governo, sobre esse assunto. No dia do debate, da tribuna eu disse a todos que precisaria do voto da oposição e da base, e todos os 73 senadores que estavam lá assumiram que, se a presidenta vetar, vão votar pela derrubada do veto. Presidenta, não quero outra derrota; quero uma vitória. Quero que este país volte para os trilhos, volte a distribuir renda, volte a crescer. O debate aqui não é de quem está contra esse ou aquele. Estamos a favor do Brasil. Por isso, presidenta, não vete. Mas, se vetar, presidenta, quero adiantar que nós, homens e mulheres de bem, com a pressão e a mobilização popular, vamos derrubar o veto na Câmara e no Senado. Pode ter certeza disso. Nem que tenhamos de fazer vigília lá dentro, até para fazer voltar para o Plenário os deputados ou senadores que saírem da votação.

Enfim, podem ver que entrei aqui numa de gaúcho, mas também de mineiro: ao mesmo tempo em que apertei, pedi por favor. Por favor, presidenta, não vete. Se vetar, vai perder. Viva o povo brasileiro! Vivam gaúchos e mineiros! Vivam homens e mulheres que dão suas vidas para termos um mundo melhor para todos. Um abraço a todos vocês.

Palavras do Presidente

Em primeiro lugar, quero cumprimentar o deputado Celinho do Sinttrocel por propor a concessão, requerimento este apoiado nesta Casa Legislativa por unanimidade, do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais ao senador Paulo Paim, agora referendado pelo governador Fernando Pimentel. Também parabeno o senador Paulo Paim pelo recebimento mais do que merecido.

Senador Paulo Paim, quando Minas e Rio Grande do Sul se unem, temos prenúncios de coisas boas para o País. O chimarrão e a cachaça, o queijo e o churrasco fazem boas dobradinhas.

Tenho certeza de que V. Exa. sai daqui mais forte ainda, agora como cidadão mineiro. Exemplo disso, Getúlio Vargas, importante unidade de Minas com o Rio Grande do Sul. E agora a presidenta Dilma, que é também mineira, mas que foi ao Rio Grande do Sul e fez também a sua carreira política e também lá teve uma formação política importante. E esta certeza eu tenho também: a presidenta Dilma vai pensar bem e nós vamos, finalmente, ter o fim do fator previdenciário criado por Fernando Henrique Cardoso e pelo PSDB. Nessa unidade de Minas com o Rio Grande do Sul, nós vamos conseguir mais essa. E o Paim vai ser muito importante para a gente nesse seu papel.

Eu dizia a ele aqui que nós temos duas esperanças agora. Uma é a esperança na luta. Hoje é um dia de greve geral. Aqui em Belo Horizonte os metroviários pararam, os ônibus pararam. Os trabalhadores em Belo Horizonte estão em greve e têm consciência de que a greve é por um motivo mais do que fundamental, que é evitar a terceirização. E terceirização é sinônimo de perda de salário, de desemprego, e é sinônimo também de jornada de trabalho maior. Precarização é o nome da terceirização. Por isso a greve geral hoje já é um sucesso. E há uma unidade das centrais sindicais, que por muitas vezes não se unem, mas agora se unem aqui em Minas, incluindo a Força Sindical, que disse “não” ao Paulinho e falou com ele claramente: “Se você quer fazer gracinha para Aécio Neves, para o PSDB e companhia, a Força Sindical aqui em Minas se une com os setores combativos do sindicalismo brasileiro”.

Mas, Paulo Paim, nós precisamos também do Senado agora. O povo brasileiro está desesperançoso com o que aconteceu na Câmara Federal. A presença do Eduardo Cunha na presidência tem sido um desastre para o trabalhador e para o povo brasileiro. Uma pauta tão conservadora, que tira direitos como aquele PL 4.330, e agora privatária das eleições na Constituição é uma vergonha para o Brasil. Deputados e senadores agora têm carimbo de empresa para entrar em Câmara Federal, assembleias legislativas? Os partidos vão ficar com roupas agora, como se estivessem num campeonato de Fórmula 1, representando diversas entidades, empreiteiras, mineradoras, bancos? Partido político agora vai ter um *shopping* também estampado na sua roupa, que será o *shopping* que vai bancar a sua campanha? Partido político agora será partido de tais e tais empresas? É uma vergonha nacional aprovar isso, numa segunda votação, dentro da Câmara Federal.

Por isso eu dizia ao Paim que nós temos muita esperança no Senado. É preciso lá que uma aliança do PT com o PMDB progressista se faça. E não aliança conservadora do PSDB com o PMDB conservador que está na Câmara Federal. Nós precisamos muito de reverter o quadro da aliança conservadora que está feito na Câmara Federal e fazer uma aliança capaz de barrar a pauta conservadora que está feita agora na Câmara Federal. A expectativa, Paim, é que, no Senado, vocês consigam isso. E você, que é um lutador, agora mais amineirado, tenho certeza de que vai conseguir costurar tanto o fim do fator previdenciário como o fim da pauta conservadora que veio da Câmara Federal.

É um prazer, portanto, ter o Paim como nosso cidadão honorário.

O presidente Adalclever Lopes me pediu que fizesse aqui a leitura também do seu pronunciamento. Desculpem-me por ter entusiasmado e feito também o meu pronunciamento, mas eu não podia perder a oportunidade de dizer essas palavras.

O presidente Adalclever Lopes me pediu, Paim, que lesse aqui o seguinte pronunciamento: (- Lê:)

“Há homens que lutam um dia e são bons. Há outros que lutam um ano e são melhores. Há os que lutam muitos anos e são muito bons. Mas há os que lutam toda a vida: estes são os imprescindíveis.”

Ao destacar o pensamento de Bertolt Brecht, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais reconhece em Paulo Renato Paim um desses homens imprescindíveis, que fazem diferença na vida política do País, e por isso orgulha-se de conceder o título de cidadão honorário ao deputado federal por quatro mandatos e senador que cumpre o segundo mandato, sempre com expressivas votações.

Na origem desta homenagem, figura o reconhecimento do povo mineiro, por meio de seus representantes, dos frutos de um importante trabalho desse senador que vem, há alguns anos, lutando de forma incansável pelos trabalhadores, aposentados, pensionistas e idosos.

Nascido em 1950, em Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul, Paulo Paim foi operário, metalúrgico e líder sindical, até ingressar em uma carreira política, brilhante desde o seu início. Por 16 anos consecutivos foi apontado pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar - Diap - como um dos 100 parlamentares mais influentes do Poder Legislativo, na série *Os Cabeças do Congresso Nacional*, o que se reconhece nas diversas ações que levam a sua assinatura. No Congresso Nacional, é conhecido como defensor incondicional de uma política digna de salário-mínimo para os trabalhadores.

No período em que exerceu a vice-presidência do Senado, viu ser aprovado um dos mais importantes projetos de sua trajetória política: o Estatuto do Idoso. A Lei nº 10.741, de 2003, significa a conquista da cidadania para milhões de idosos brasileiros. Desde a Constituinte, em que foi um dos parlamentares de destaque, - aliás, está aqui o nosso deputado federal João Paulo; na época, foram colegas - “trabalhou pela igualdade de direitos, pela justiça social e pelo reconhecimento das terras quilombolas.

O senador também é conhecido como defensor dos direitos humanos e combatente de todo e qualquer tipo de discriminação. É autor, entre tantas, da Lei nº 9.459, de 1997, que dá ao crime de injúria racial a mesma pena do crime de racismo; e da Lei nº 12.288, de 2010, o Estatuto da Igualdade Racial, que inclui na legislação penal as discriminações e preconceitos, como a injúria.

Suscitar questões de combate ao racismo é uma marca de sua trajetória. Esse trabalho é de fundamental interesse para a comunidade negra e toda a sociedade. Não se pode deixar de lado sua atuação como presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, quando transformou aquele fórum de discussão em um palco da cidadania, buscando um novo jeito de olhar para as minorias.

Assim, Minas Gerais, com a outorga da cidadania honorária a Paulo Paim, vem afirmar a indiscutível contribuição desse político para as conquistas de cunho social e de direitos humanos vivenciadas pelo País nos últimos anos, em uma caminhada que demonstra, sem equívocos, que ainda é possível acreditar numa sociedade mais justa e mais fraterna. Muito obrigado. Presidente Adalclever Lopes.”

Encerramento

O presidente - A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para as extraordinárias de terça-feira, dia 2 de junho, às 9 e às 18 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária na mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição do dia 2/6/2015.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 2/6/2015

Presidência do Deputado Adalclever Lopes

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata; discursos dos deputados Alencar da Silveira Jr. e Deiró Marra; aprovação - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Suspensão e Reabertura da Reunião - Palavras do Presidente - Questão de Ordem - Discussão e Votação de Proposições: Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 22.620; votação nominal do veto; inexistência de quórum para votação; anulação da votação; chamada para recomposição do número regimental; existência de quórum para votação; Registro de Presença; renovação da votação nominal do projeto; inexistência do número regimental para votação; anulação da votação - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes - Lafayette de Andrada - Ulysses Gomes - Alencar da Silveira Jr. - Agostinho Patrus Filho - Antônio Carlos Arantes - Antônio Jorge - Arlen Santiago - Arlete Magalhães - Cabo Júlio - Cássio Soares - Celinho do Sinttrocel - Cristiano Silveira - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Dilzon Melo - Dirceu Ribeiro - Douglas Melo - Duarte Bechir - Durval Ângelo - Elismar Prado - Emidinho Madeira - Fábio Avelar Oliveira - Fábio Cherem - Geraldo Pimenta - Gil Pereira - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Ione Pinheiro - Iran Barbosa - Isauro Calais - Ivair Nogueira - João Leite - Léo Portela - Luiz Humberto Carneiro - Marília Campos - Noraldino Júnior - Professor Neivaldo - Ricardo Faria - Rogério Correia - Rosângela Reis - Tiago Ulisses - Tito Torres - Tony Carlos - Vanderlei Miranda - Wander Borges.

Abertura

O presidente (deputado Adalclever Lopes) - Às 9h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O deputado Luiz Humberto Carneiro, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior.

O presidente - Em discussão, a ata. Com a palavra, para discutir, o deputado Alencar da Silveira Jr.

O deputado Alencar da Silveira Jr. - Primeiramente, quero falar sobre a belíssima leitura do deputado Luiz Humberto Carneiro. Pedi a palavra, presidente, para dizer que, ontem, este deputado foi procurado pelo jornal *O Tempo* para explicar algumas ausências nossas neste Plenário. Ontem a minha assessoria teve oportunidade de mostrar e comprovar minhas ausências ao jornal. Apesar de tentar, presidente, não consigo estar em dois lugares ao mesmo tempo. No congresso da AMM, tivemos oportunidade de participar e de acompanhar algumas palestras ocorridas em dois dias, exatamente no mesmo horário em que acontecem as reuniões neste Plenário. Estamos tentando estar em dois lugares ao mesmo tempo, mas não conseguimos. O corpo não consegue isso, Sr. Presidente. Então, ouvi a leitura da ata e gostaria de explicar o seguinte: aqueles que se justificam e mostram onde estão aparecem da mesma forma que os que não se justificam. Então fica aqui o meu protesto nesse dia de hoje pela manchete do jornal *O Tempo*. Gostaria que, sempre que meu nome for citado como aconteceu nesses 26 anos, eu fosse ouvido como fui ontem, e a justificativa da minha ausência no Plenário fosse explicada. Eu represento muito esta Assembleia em alguns eventos fora da Casa e, por isso, não há como estar lá e aqui no mesmo lugar e na mesma hora. Então fica aqui a justificativa deste deputado. Obrigado, Sr. Presidente.

O presidente - Com a palavra, para discurtir, o deputado Deiró Marra.

O deputado Deiró Marra - Na mesma linha, quero caminhar com o deputado Alencar. Também fomos citados ao lado do deputado Luiz Humberto Carneiro e do deputado Anselmo José Domingos como tendo cumprido 50% do nosso trabalho nesta Casa. A bem da



verdade, o jornal não observa o que a nossa comissão faz em dias fora da Casa. Ele não observa o trabalho que fazemos fora da Casa. O importante é ressaltar que o nosso compromisso com os nossos eleitores e, acima de tudo, com as pessoas que nos veem aqui é o trabalho feito principalmente nas nossas bases eleitorais e regiões. Então, Sr. Presidente, já que o deputado Alencar da Silveira Jr. fez essa menção, quero dizer que também fomos mencionados e é importante lembrar que o trabalho está sendo feito com tranquilidade e que, nos momentos de votação, estamos presentes nesta Casa. Era só, Sr. presidente.

O presidente - Não havendo retificação a ser feita na ata, dou-a por aprovada.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O presidente - Nos termos do edital de convocação, a presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Suspensão da Reunião

O presidente - A presidência, nos termos do § 4º do art. 249 do Regimento Interno, vai suspender a reunião por 20 minutos para que se configure o quórum para votação. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos.

Palavras do Presidente

A presidência informa ao Plenário que faz retirar da pauta desta reunião o Projeto de Lei nº 1.504/2015, por não estarem preenchidos os pressupostos processuais para sua apreciação.

Questão de Ordem

O deputado Alencar da Silveira Jr. - Quero fazer um convite para os deputados. Hoje, às 11 horas, a Comissão de Esportes discutirá a volta da bebida nos estádios. Há muito tempo, tivemos um projeto nesta Casa, que proibia a venda de cerveja nos estádios. Com a modernização das arenas, entramos, há alguns anos, com outro projeto que libera a volta da venda de bebidas nos estádios de futebol, nas arenas que foram renovadas. Essa venda seria permitida até o primeiro minuto do segundo tempo, quando encerraria a venda de cerveja ou de outra bebida alcoólica, nos 45 minutos finais. Vemos isso em várias partes do mundo. Fica o convite para o início dessa discussão. Tenho certeza de que tenho o apoio de V. Exa. e de vários deputados desta Casa. A discussão trará à tona um problema que hoje temos na área externa dos estádios, que são os torcedores que ficam bebendo até o início das partidas de futebol. As arenas estão modernizadas, e temos condições de voltar a vender bebida alcoólica dentro dos estádios apenas no primeiro tempo e no intervalo. Convido para essa grande discussão na Comissão de Esportes. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Discussão e Votação de Proposições

O presidente - Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 22.620, que altera a Lei Delegada nº 179, de 1º/1/2011, que dispõe sobre a organização básica e a estrutura da administração pública do Poder Executivo do Estado, e a Lei Delegada nº 180, de 20/1/2011, que dispõe sobre a estrutura orgânica da administração pública do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências. Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer. Designado relator em Plenário, o deputado Paulo Lamac opina pela manutenção do veto. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o art. 260, inciso I, c/c o art. 222, do Regimento Interno. As deputadas e os deputados que desejarem manter o veto registrarão "sim" e os que desejarem rejeitá-lo registrarão "não". A presidência lembra ao Plenário que o veto será rejeitado se obtiver, no mínimo, 39 votos contrários. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o veto.

- Procede-se à votação por meio do painel eletrônico.

O presidente - Votaram apenas 25 deputados. Portanto, não há quórum para votação. A presidência a torna sem efeito e, nos termos do § 6º do art. 249 do Regimento Interno, solicita ao secretário que proceda à chamada dos deputados para a recomposição de quórum.

O secretário (deputado Ivair Nogueira.) - (- Faz a chamada.)

O presidente - Responderam à chamada 43 deputados. Portanto, há quórum para a votação.

Registro de Presença

O presidente - A presidência agradece a presença dos servidores desta Casa, integrantes do Curso de Formação Introdutória à Carreira do Servidor da Assembleia Legislativa - Cfal -, que estão fazendo uma visita ao Plenário.

A presidência vai renovar a votação. Em votação, o veto.

- Procede-se à votação por meio do painel eletrônico.

O presidente - Votaram apenas 26 deputados. Portanto, não há quórum para votação. A presidência a torna sem efeito.

Encerramento

O presidente - Persistindo a falta de quórum para votação, a presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a extraordinária também de hoje, às 18 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 20/5/2015

Às 14h7min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Leonídio Bouças, João Alberto, Antônio Jorge, Bonifácio Mourão, Isauro Calais e Sargento Rodrigues (substituindo o deputado Luiz Humberto Carneiro, por indicação da Liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Leonídio Bouças, declara aberta a reunião e, em virtude



da aprovação de requerimento do deputado Sargento Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. É aprovado requerimento do deputado Bonifácio Mourão em que solicita que os Projetos de Lei nºs 1.254, 44, 126, 332, 345 e 458/2015 sejam os primeiros desta fase a ser apreciados. Após discussão e votação, é aprovado o parecer que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.254/2015 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Bonifácio Mourão). Registram-se a saída dos deputados Sargento Rodrigues e Antônio Jorge e a presença do deputado Luiz Humberto Carneiro. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 44, 332, 345 e 458/2015 (relator: deputado Bonifácio Mourão). Após discussão e votação, é aprovado o parecer que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 126/2015 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Bonifácio Mourão). São convertidos em diligência ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão, ao comandante-geral da Polícia Militar e ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar o Projeto de Lei Complementar nº 24/2015; e ao secretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais e à Prefeitura Municipal de Itabira o Projeto de Lei nº 1.003/2015 (relator: deputado João Alberto). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 312 (relator: deputados Isaura Calais) e 622, 647 e 832/2015 (relator: deputado Leonídio Bouças). Registra-se a presença do deputado Gil Pereira. Após discussão e votação, é aprovado o parecer que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.350/2015 (relator: deputado João Alberto). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de maio de 2015.

Leonídio Bouças, presidente - Antônio Jorge - Bonifácio Mourão - Cristiano Silveira.

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 20/5/2015

Às 10h12min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Gil Pereira, Glaycon Franco, Dilzon Melo (substituindo o deputado João Vítor Xavier, por indicação da liderança do BVC) e Emidinho Madeira (substituindo o deputado Tony Carlos, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Dalmo Ribeiro Silva, Antônio Carlos Arantes, Inácio Franco e Nozinho. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gil Pereira, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, inciso III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater com a Sra. Mariana Vasconcelos o Agrosmart, aplicativo desenvolvido pela convidada, que visa à economia de água e de energia elétrica, além do aumento da produtividade na agricultura irrigada, e ainda a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mail* da Sra. Marilene da Silva, moradora de Queluzito, recebido por meio do *Fale com a Assembleia* em 13/4/2015, reiterando seu pedido de ajuda relativo ao problema de iluminação pública na rua João Costa, próximo ao nº 199, na rua do cartório. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Mariana Vasconcelos, diretora da Agrosmart Brasil Ltda. de Itajubá, que é convidada a tomar assento à mesa. O presidente, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos demais deputados presentes e à convidada para que faça sua exposição. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. O deputado Dilzon Melo retira-se do recinto e é substituído pelo deputado Dalmo Ribeiro Silva (substituindo o deputado João Vítor Xavier, por indicação da liderança do BVC). Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.779/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja realizada visita à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior para apresentar a tecnologia premiada desenvolvida pela pesquisadora e empreendedora Mariana Vasconcelos e seus sócios, que permite controlar, por meio de sensores, as necessidades de água e o desenvolvimento adequado do cultivo agrícola;

nº 1.780/2015, do deputado Gil Pereira, em que solicita seja realizada visita ao Projeto de Irrigação Jaíba, no Norte de Minas, para tratar de assuntos afetos à irrigação no Estado;

nº 1.781/2015, do deputado Gil Pereira, em que solicita seja realizada visita ao Projeto de Irrigação Gorutuba, no Norte de Minas, para tratar de assuntos afetos à irrigação no Estado; e

nº 1.782/2015, do deputado Gil Pereira, em que solicita seja realizada visita ao projeto de irrigação localizado no Município de Pirapora, no Norte de Minas, para tratar de assuntos afetos à irrigação no Estado.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de maio de 2015.

Gil Pereira, presidente - Bosco - Glaycon Franco - Dilzon Melo.

ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 25/5/2015

Às 14h8min, comparece na Sala das Comissões o deputado Arlen Santiago, presidente da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, nos termos do art. 120, III, do



Regimento Interno, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a debater as demandas da saúde pública que afetam os municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte. A seguir, interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Maria Tereza Rodrigues da Cunha, chefe de gabinete, representando o secretário de Estado de Saúde; Ângela de Lourdes Rodrigues, desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado; e os Srs. Fabiano Geraldo Pimenta Júnior, secretário municipal de Saúde de Belo Horizonte; Carlos Moura Murta, presidente da Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte; Antônio Divino de Souza, prefeito municipal de Matozinhos e diretor da Associação Mineira de Municípios, representando o presidente da instituição; Bruno Diniz Pinto, secretário municipal de Saúde de Sarzedo e membro do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Minas Gerais, representando o presidente da instituição; Ernane Bronzatt, chefe do serviço de radioterapia do Hospital da Baleia; Rodrigo Lopes, prefeito municipal de Andradas e presidente do Conselho de Saúde da Associação Mineira de Municípios, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, passa a fazer suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de maio de 2015.

Arlen Santiago, presidente.

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 26/5/2015

Às 9h6min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, João Leite e Cabo Júlio, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Wander Borges e Duarte Bechir. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a esclarecer a denúncia de arbitrariedade cometida contra trabalhadores da construção civil de Belo Horizonte arregimentados para trabalho eventual em Sabará, que ficaram detidos por oito dias em estabelecimento prisional desse município. A seguir, comunica o recebimento de ofício do deputado João Magalhães, publicado no *Diário do Legislativo* em 22/5/2015. O presidente passa a direção dos trabalhos ao deputado João Leite. Registra-se a presença da deputada Celise Laviola. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Paulo Vaz Alkimin, ouvidor de Polícia do Estado; José Pedro dos Reis, procurador do Trabalho e representante da Coordenadoria de Erradicação do Trabalho Escravo, representando a Sra. Márcia Campos Duarte, procuradora-chefe da Procuradoria Regional do Trabalho em Minas Gerais; Altamir Luiz da Silva Ramos, representante dos trabalhadores da construção civil; Manoel Aleluia das Dores Rocha, líder do assentamento do Morro da Cruz; Ricardo Luiz Tavares Victor, advogado dos trabalhadores; Felipe Nicolau do Carmo, advogado do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Belo Horizonte; Marco Antônio dos Santos, procurador; e os trabalhadores Ivan Ângelo dos Santos, Davi Quirino de Paula, Vilson Valdez da Silva, José Benevenuto Ferreira, Cristiano da Silva, Washington Ananias Ramos, José Camilo de Souza, Welington Márcio de Almeida, Diego Gomes de Souza Brito, Lucas Eduardo Campos e David Ferreira, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. O deputado João Leite passa a direção dos trabalhos ao deputado Sargento Rodrigues. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.880/2015, do deputado Cássio Soares, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social pedido de providências para a imediata retomada das obras do Centro Socioeducativo de Passos;

nº 1.881/2015, do deputado Cássio Soares, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social pedido de providências para a imediata assunção da Cadeia Pública de Alpinópolis;

nº 1.882/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado e ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências para que adotem as medidas necessárias para aumentar o efetivo policial lotado no Município de São Pedro dos Ferros, assim como para a reinstalação de unidade no Distrito de Águas Férreas;

nº 1.883/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado ao Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG - pedido de cópia do registro e da gravação da reunião entre o corpo docente e discente da universidade que discutiu o problema de uso e tráfico de drogas nos prédios da instituição;

nº 1.884/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita sejam encaminhados ao Ministério da Educação e à Diretoria-Geral da Polícia Federal as notas taquigráficas e o relatório da 22ª Reunião Extraordinária dessa comissão, que teve a finalidade de debater a ocorrência de tráfico e uso de drogas no câmpus da UFMG, para conhecimento e alerta sobre a possibilidade desse tipo de ocorrência em outros câmpus de universidades federais;

nº 1.885/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita sejam encaminhados ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Combate ao Crime Organizado e de Investigação Criminal, em nome de seu coordenador, André Estevão Ubaldino Pereira, as notas taquigráficas e o relatório da 22ª Reunião Extraordinária desta comissão que teve a finalidade de debater a ocorrência de tráfico e uso de drogas no câmpus da UFMG, e pedido de providências para que acompanhe, no âmbito das competências do Ministério Público, a atuação compartilhada e conjunta das Polícias Federal, Civil e Militar na repressão, no combate e na prevenção a esse tipo de ocorrência;

nº 1.886/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada audiência pública para debater os transtornos causados aos moradores dos bairros da Região da Pampulha em razão dos eventos realizados no Mineirão e no Mineirinho e reiterar os pedidos de providências feitos a autoridades estaduais e municipais;

nº 1.887/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social pedido de providências para que seja feito um estudo sobre o percentual de presos acautelados no sistema da Suapi, nas cadeias da Polícia Civil e no sistema Apac, que estão detidos devido a crimes envolvendo tráfico de drogas;

nº 1.888/2015, do deputado João Leite e da deputada Celise Laviola, em que solicitam seja realizada audiência pública no Município de Divinópolis para debater denúncias de atentado à liberdade de expressão e da prática, em tese, dos crimes de cárcere privado e de lesão corporal sofridos pela jornalista Nayara Lopes e pelo cinegrafista Yan D'amasoyy, profissionais da TV Candidés;

nº 1.889/2015, do deputado Sargento Rodrigues, do deputado João Leite e da deputada Celise Laviola, em que solicitam seja encaminhado ao Chefe da Polícia Civil correspondência comunicando a ausência dos representantes da instituição convidados a participar da 11ª Reunião Ordinária dessa comissão; e pedido de providências para que a Polícia Civil sempre envie representantes às reuniões da comissão para as quais for convidada, sob pena de convocação das autoridades policiais, nos termos do art. 54, *caput*, da Constituição do Estado, e do art. 307 do Regimento Interno desta Casa;

nº 1.890/2015, do deputado Sargento Rodrigues, do deputado João Leite e da deputada Celise Laviola, em que solicitam sejam encaminhadas as notas taquigráficas da 11ª Reunião Extraordinária dessa comissão às autoridades e aos representantes de classe presentes nessa reunião, para conhecimento;

nº 1.891/2015, do deputado Sargento Rodrigues, do deputado João Leite e da deputada Celise Laviola, em que solicitam seja encaminhado ao juiz de direito titular da Vara Criminal da Comarca de Sabará pedido de providências para que avalie a possibilidade de revisão do auto de prisão em flagrante lavrado em desfavor de Edison Avelar Gonzaga de Lima e outros no processo de nº 0032488-9.2015.8.13.0567, e para que avalie a possibilidade de revogação das prisões, em razão de suas ilegalidades;

nº 1.892/2015, do deputado Sargento Rodrigues, do deputado João Leite e da deputada Celise Laviola, em que solicitam sejam encaminhados à defensora pública-geral do Estado e à coordenadora da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos do Ministério Público as notas taquigráficas da 11ª Reunião Extraordinária dessa comissão e pedido de providências para a reparação dos danos materiais e morais sofridos pelos moradores da ocupação Morro da Cruz, em Sabará, pela ação ilegal da empresa Estrela do Oriente, em abril de 2015;

nº 1.893/2015, do deputado Sargento Rodrigues, do deputado João Leite e da deputada Celise Laviola, em que solicitam seja encaminhado ao presidente do Congresso Nacional pedido de providências para que mantenha no Projeto de Lei nº 432/2013 as condições degradantes e a jornada exaustiva de trabalho como situações caracterizadoras do trabalho escravo, tal como atualmente previsto no art. 149 do Código Penal Brasileiro, prevenindo-se, assim, a ocorrência de retrocesso de direitos sociais garantidos constitucionalmente.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de maio de 2015.

Sargento Rodrigues, presidente - Celise Laviola - Léo Portela.

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 26/5/2015

Às 10h2min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Rosângela Reis e os deputados Wander Borges e Dalmo Ribeiro Silva, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Carlos Pimenta, Nozinho e Tito Torres. Havendo número regimental, o presidente, deputado Wander Borges, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da deputada Rosângela Reis, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício da Sra. Elisa Smaneoto, diretora de Gestão Interna do Gabinete Adjunto de Gestão e Atendimento da Presidência da República, prestando informações em resposta ao Ofício nº 715/2015/SGM, desta Casa. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 1/2015 na forma do Substitutivo nº 2 (relator: deputado Dalmo Ribeiro Silva). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 761 a 764/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.801, 1.804 e 1.806/2015. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 1.873/2015, da deputada Rosângela Reis, em que solicita seja realizada audiência pública para debater os impactos da decisão da Usiminas de desligar os fornos e as consequências para a economia do desemprego na região do Vale do Aço;

nº 1.874/2015, da deputada Rosângela Reis, em que solicita seja realizada audiência pública para debater os impactos da Lei Federal nº 13.019, de 2014, nas transferências de recursos do Estado para instituições municipais sem fins lucrativos.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de maio de 2015.

Wander Borges, presidente - Dalmo Ribeiro Silva.

**ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 26/5/2015**

Às 14h15min, comparece na Sala das Comissões o deputado Wander Borges (substituindo o deputado Isauro Calais, por indicação da liderança do BCMG), membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Wander Borges, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, inciso III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita. A presidência informa que a reunião se destina a debater a situação das guardas municipais do Estado, as disposições da Lei nº 13.022, de 2014, que dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais, a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: comunicações publicadas no *Diário do Legislativo* de 14/5/2015 dos deputados Tito Torres, em que abre mão de sua vaga como membro efetivo desta comissão, e Gustavo Corrêa, líder do Bloco Verdade e Coerência, em que indica a si mesmo como membro efetivo desta comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Vivian do Carmo Bellezza, assessora de Gestão das Áreas Técnicas da Associação Mineira de Municípios, representando o prefeito municipal de Pará de Minas e presidente da Associação Mineira de Municípios - AMM; o Cap. PM Carlos Eduardo Lopes, representando o comandante-geral da PMMG; os Srs. Pedro Ivo Bueno da Silva, presidente do Sindicato dos Guardas Municipais do Estado de Minas Gerais - Sindguardas; Israel Arimar de Moura, presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Belo Horizonte - Sindibel; Wellington Duarte Ribeiro, vereador da Câmara Municipal de Sabará, representando o presidente dessa Casa; e Clever Pinto Costa, secretário de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura Municipal de Sabará, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Registra-se a presença dos deputados Celinho do Sinttrocel e Léo Portela. A presidência passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência deixa de apreciar os Projetos de Lei nºs 269, 393, 594 e 604/2015 e o Requerimento nº 659/2015 por falta de quórum, agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de maio de 2015.

Celinho do Sinttrocel, presidente - Geisa Teixeira - Tito Torres.

ATA DA 24ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 27/5/2015

Às 9h44min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Celise Laviola e os deputados Sargento Rodrigues, João Leite e Léo Portela (substituindo o deputado Cabo Júlio, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Dilzon Melo, Wander Borges e Duarte Bechir. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater a regulamentação e a implementação da Lei Federal nº 13.022, de 8 de agosto de 2014, que dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais, e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Leonara Alves, guarda civil municipal de Três Pontas; o Cap. PM Carlos Eduardo Lopes, adjunto da Seção de Gestão de Operações da PMMG, representando o Cel. PM Marco Antônio Badaró Bianchini, comandante-geral dessa instituição; os Srs. Pedro Ivo Bueno da Silva, presidente do Sindicato dos Guardas Municipais do Estado de Minas Gerais - Sindguardas-MG; Luiz Antônio dos Santos, presidente do Sindicato dos Servidores Públicos de Pouso Alegre; Luiz Fernando Guimarães, guarda municipal de Itatiaiuçu; Alisson Ferreira Reis, representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Nova Lima; Danúbio de Souza Machado, presidente da Associação da Guarda Municipal de Nova Lima; Cléver Pinto Costa, secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico de Sabará; Geovanni Mapa, subcomandante da Guarda Civil de Ouro Preto e vice-presidente da Conferência dos Guardas Municipais, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Léo Portela, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.965/2015, do deputado Léo Portela, em que solicita sejam encaminhadas ao prefeito municipal de Santa Rita de Sapucaí as notas taquigráficas da 24ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública, realizada 27/5/15, e pedido de informações sobre as denúncias referentes à demissão do guarda municipal civil Elevelson Soares, incluindo detalhamento sobre o devido processo legal nesse procedimento de demissão;

nº 1.966/2015, do deputado Léo Portela, em que solicita sejam encaminhados ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Minas Gerais - CAOPP - as notas taquigráficas da 24ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública e pedido de providências sobre a possibilidade de firmar termos de ajustamento de conduta com prefeituras dos municípios mineiros, quando necessário, de modo a assegurar a observância e o cumprimento da Lei Federal 13.022, de 2014, que dispõe sobre o Estatuto das Guardas Municipais;

nº 1.967/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita sejam encaminhados à Vara de Execuções Penais da Comarca de Nova Lima, à Chefia da Guarda Municipal de Nova Lima e à Prefeitura Municipal de Nova Lima as notas taquigráficas da 24ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública para conhecimento, especificamente, dos debates ali anotados sobre o porte e uso de armas por agentes públicos e sobre sua segurança e integridade física, em particular na escolta de detentos, a exemplo dos casos dos agentes penitenciários Wandrew Schwenck, hoje paraplégico, e Ricardo Zavagi, morto;



nº 1.968/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado ao presidente da Câmara Municipal de Itatiaiuçu as notas taquigráficas da 24ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública, para conhecimento das denúncias feitas por Luiz Fernando Guimarães acerca das condições deficitárias de trabalho da guarda municipal daquela cidade;

nº 1.969/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja solicitado à Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação desta Casa que transcreva, na íntegra, o DVD exibido na 24ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública, e que essa transcrição integre as notas taquigráficas desta reunião;

nº 1.970/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Segurança Pública no Município de Pouso Alegre para debater as denúncias apresentadas contra o secretário municipal de Defesa Social pelo Sr. Luiz Antônio dos Santos, presidente do Sindicato dos Servidores Públicos de Pouso Alegre;

nº 1.971/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhada manifestação de aplauso aos Policiais Militares lotados na 9ª CIA PM IND e no GATE, pela operação policial realizada em 26 de maio de 2015, no Município de Moeda, quando foram presos criminosos que explodiram caixas eletrônicas e apreendidas armas; e sejam ainda os diplomas referentes a esta manifestação de aplauso entregues em reunião desta comissão;

nº 1.972/2015, do deputado Professor Neivaldo, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Segurança Pública no Município de Uberlândia para debater sobre a política de contenção da criminalidade na área de abrangência da 9ª Região Integrada de Segurança Pública;

nº 1.973/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Segurança Pública, em caráter de urgência, para debater e solicitar providências cabíveis quanto ao atendimento das reivindicações dos candidatos ao cargo de agente de segurança penitenciário, objeto do concurso realizado em 2013;

nº 1.974/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado à Chefia da Polícia Civil de Minas Gerais pedido de providências para a apuração e instauração do inquérito policial referente ao crime de furto ocorrido no dia 15/5/15, na Escola Estadual Joaquim Bartholomeu Pedrosa, no Município de Fervedouro.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de maio de 2015.

Sargento Rodrigues, presidente - João Vítor Xavier - Celise Laviola - Professor Neivaldo.

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 27/5/2015

Às 14h13min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Leonídio Bouças, Antônio Jorge, Bonifácio Mourão, Cristiano Silveira, Isauro Calais e Elismar Prado (substituindo o deputado João Alberto, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Leonídio Bouças, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Bonifácio Mourão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 1.272, 1.294, 1.351, 1.357, 1.358, 1.362, 1.371, 1.380, 1.390, 1.415, 1.417, 1.435, 1.455, 1.458, 1.460, 1.461, 1.464, 1.475, 1.477, 1.479, 1.498, 1.561, 1.562, 1.571, 1.576, 1.580, 1.607, 1.615, 1.628, 1.285, 1.293, 1.298, 1.302, 1.337, 1.339, 1.340, 1.368, 1.370, 1.377, 1.378, 1.383, 1.403, 1.430, 1.434, 1.493, 1.513, 1.514, 1.516, 1.522, 1.525, 1.528, 1.533 a 1.535, 1.537, 1.538, 1.540, 1.544, 1.550, 1.553 a 1.555, 1.583, 1.599, 1.648 e 1.653/2015 (Antônio Jorge); Projeto de Resolução nº 14/2015 e Projetos de Lei nºs 1.252, 1.306, 1.319, 1.356, 1.376, 1.381, 1.395, 1.398, 1.406, 1.412, 1.426, 1.431, 1.443, 1.463, 1.466, 1.474, 1.476, 1.480, 1.570, 1.581, 1.622, 1.633, 1.274, 1.280, 1.284, 1.301, 1.322, 1.393, 1.410, 1.421, 1.425, 1.446, 1.497, 1.502, 1.506, 1.512, 1.517, 1.521, 1.530, 1.539, 1.542, 1.546, 1.556, 1.558, 1.559, 1.591, 1.593, 1.595, 1.598, 1.614 e 1.647/2015 (Bonifácio Mourão); Projetos de Lei Complementar nºs 32 e 33/2015, Projeto de Resolução nº 13/2015 e Projetos de Lei nºs 850, 1.053, 1.199, 1.251, 1.270, 1.292, 1.321, 1.331, 1.335, 1.374, 1.388, 1.414, 1.429, 1.457, 1.567, 1.585, 1.606, 1.610, 1.616, 1.627, 1.631, 1.635, 1.637, 1.276, 1.277, 1.278, 1.342, 1.346, 1.375, 1.420, 1.428, 1.507, 1.524, 1.527, 1.536, 1.549, 1.551 e 1.655/2015 (Cristiano Silveira); Projeto de Resolução nº 15/2015 e Projetos de Lei nºs 1.264, 1.295, 1.312, 1.360, 1.361, 1.363, 1.419, 1.436, 1.456, 1.469, 1.470, 1.490, 1.499, 1.552, 1.563, 1.569, 1.573, 1.578, 1.586, 1.590, 1.601, 1.608, 1.617, 1.281, 1.296, 1.344, 1.387, 1.400, 1.402, 1.407, 1.411, 1.432, 1.494, 1.495, 1.510, 1.515, 1.520, 1.531, 1.605, 1.634, 1.649 e 1.652/2015 (Isauro Calais); Projetos de Resolução nºs 11 e 12/2015 e Projetos de Lei nºs 1.055, 1.197, 1.262, 1.310, 1.333, 1.334, 1.352, 1.359, 1.365, 1.373, 1.389, 1.394, 1.404, 1.418, 1.433, 1.437, 1.468, 1.491, 1.564, 1.574, 1.600, 1.603, 1.618, 1.620, 1.632, 1.644, 1.282, 1.303, 1.338, 1.386, 1.392, 1.408, 1.509, 1.519, 1.523, 1.547, 1.596, 1.611, 1.650 e 1.657/2015 (João Alberto); Projetos de Lei Complementar nºs 36 e 37/2015 e Projetos de Lei nºs 649, 830, 1.268, 1.271, 1.291, 1.311, 1.314, 1.315, 1.336, 1.353, 1.366, 1.372, 1.379, 1.391, 1.416, 1.444, 1.451, 1.452, 1.454, 1.459, 1.472, 1.488, 1.565, 1.568, 1.577, 1.584, 1.588, 1.602, 1.609, 1.619, 1.645, 1.658, 1.259, 1.354, 1.445, 1.532, 1.557, 1.612 e 1.651/2015 (Leonídio Bouças); Projetos de Lei nºs 1.273, 1.305, 1.308, 1.318, 1.355, 1.364, 1.367, 1.369, 1.382, 1.397, 1.399, 1.413, 1.462, 1.465, 1.467, 1.473, 1.478, 1.496, 1.566, 1.572, 1.575, 1.579, 1.582, 1.587, 1.621, 1.636, 1.275, 1.279, 1.283, 1.297, 1.299, 1.341, 1.343, 1.345, 1.385, 1.396, 1.409, 1.427, 1.492, 1.505, 1.508, 1.511, 1.518, 1.526, 1.529, 1.541, 1.543, 1.545, 1.548, 1.560, 1.592, 1.594, 1.597, 1.613, 1.646 e 1.656/2015 (Luiz Humberto Carneiro). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei nºs 775, 972, 990 e 1.108/2015 são retirados da pauta por deliberação da comissão a requerimento do deputado Cristiano Silveira. É aprovado requerimento do deputado Bonifácio Mourão solicitando que os Projetos de Lei nºs 4, 78, 87, 165, 304, 999, 1.022, 1.026, 1.060 e 992/2015 sejam apreciados em último lugar nessa ordem desta fase. Registra-se



a saída dos deputados Antônio Jorge e Bonifácio Mourão. Após discussão e votação, é aprovado o parecer que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 222/2015 (relator: deputado Isauro Calais). Registra-se a presença do deputado Antônio Jorge. Após discussão e votação, é aprovado o parecer que conclui pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 302/2015 (relator: deputado Isauro Calais). Registra-se a presença do deputado Geraldo Pimenta. Após discussão e votação, é aprovado o parecer que conclui pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 547/2015 (relator: deputado Leonídio Bouças). Registra-se a saída do deputado Antônio Jorge. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 711 e 798/2015 (relatores: deputados Leonídio Bouças e Isauro Calais, respectivamente). O parecer sobre o Projeto de Lei nº 776/2015, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prorrogação de prazo regimental pelo relator, deputado Leonídio Bouças. São convertidos em diligência ao secretário de Estado de Casa Civil e Relações Institucionais e à Prefeitura Municipal de Oliveira o Projeto de Lei nº 1.010/2015; ao secretário de Estado de Casa Civil e Relações Institucionais o Projeto de Lei nº 1.019/2015 (relator: deputado Isauro Calais, sendo o primeiro em virtude de redistribuição). São convertidos em diligência ao secretário de Estado de Casa Civil e Relações Institucionais e aos respectivos autores os Projetos de Lei nºs 1.017 e 1.028/2015 (relator: deputado Elismar Prado, ambos em virtude de redistribuição). Registra-se a presença do deputado Bonifácio Mourão e a saída do deputado Elismar Prado. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 4; 165 com as Emendas nºs 1 e 2; e 999/2015 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Bonifácio Mourão). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 78, 87 e 304/2015 (relator: deputado Bonifácio Mourão). São convertidos em diligência ao secretário de Estado de Casa Civil e Relações Institucionais os Projetos de Lei nºs 1.022, 1.026 e 1.060/2015 (relator: deputado Bonifácio Mourão). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 992 e 1.112/2015 (relatores: deputados Bonifácio Mourão e Geraldo Pimenta, respectivamente, sendo o último em virtude de redistribuição). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, são aprovados, cada um por sua vez, requerimentos em que se solicita, nos termos do art. 301, parágrafo único, do Regimento Interno, aos respectivos autores dos Projetos de Lei nºs 1.033, 1.035, 1.038, 1.047, 1.049, 1.104, 1.105, 1.107 e 1.153/2015, que instruem as referidas proposições com a documentação necessária à sua tramitação. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de junho de 2015.

Leonídio Bouças, presidente - Fábio Cherem - Felipe Attiê - João Alberto - Tiago Ulisses - Durval Ângelo - Gustavo Corrêa.

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 1º/6/2015

Às 9h40min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Leonídio Bouças, João Alberto, Felipe Attiê, Durval Ângelo (substituindo o deputado Cristiano Silveira, por indicação da liderança do BMM), Fábio Cherem (substituindo o deputado Antônio Jorge, por indicação da liderança do BCMG), Gustavo Corrêa (substituindo o deputado Bonifácio Mourão, por indicação da liderança do BVC) e Tiago Ulisses (substituindo o deputado Isauro Calais, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Rogério Correia, Vanderlei Miranda e Arnaldo Silva. Havendo número regimental, o presidente, deputado Leonídio Bouças, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Fábio Cherem, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento das seguintes correspondências: *e-mails* das Sras. Neucinea Fiuza Gomes, servidora da Superintendência Regional de Ensino de Uberlândia, apresentando sugestões de emenda ao Projeto de Lei nº 1.504/2015, do governador do Estado; e Dalva Antunes Morouço Coutinho, pedindo apoio dos deputados desta comissão para ajudar a melhorar a tabela de vencimentos do pessoal administrativo da Secretaria de Educação, constante do Projeto de Lei nº 1.504/2015, do governador do Estado; e do Sr. Murilo Pinheiro Veloso, solicitando aos deputados desta comissão apoio para mudança no Projeto de Lei nº 1.504/2015, de forma a alterar as regras de aposentadoria de ex-diretor de escola com dois mandatos concluídos ou a concluir até o ano de 2003 e remunerados com proventos proporcionais. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 1.654/2015, em turno único (Bonifácio Mourão); 1.269/2015, no 1º turno (João Alberto); 713/2015 (em virtude de redistribuição) e 1.504/2015, ambos no 1º turno (Leonídio Bouças); e 1.489/2015, no 1º turno (Luiz Humberto Carneiro). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. É distribuído em avulso o parecer do relator, deputado Leonídio Bouças, do Projeto de Lei nº 1.504/2015, que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da proposição na forma do Substitutivo nº 1. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, desconvoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, a ser realizada hoje, às 15h30min, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, a ser realizada hoje, às 16h2min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de junho de 2015.

Leonídio Bouças, presidente - João Alberto - Rogério Correia - Gustavo Corrêa - Agostinho Patrus Filho - Fábio Cherem - Gustavo Valadares.



ORDENS DO DIA

**ORDEM DO DIA DA 46ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA,
EM 10/6/2015****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações da presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação do Requerimento nº 154/2015, do deputado Duarte Bechir, em que solicita seja encaminhado aos secretários de Planejamento e de Educação pedido de informações sobre as providências adotadas pelo governo do Estado em favor dos servidores atingidos pela decisão do Supremo Tribunal Federal na ADI 4.876. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 243/2015, da Comissão de Esporte, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Turismo e Esporte pedido de informações sobre os locais em que serão realizadas, no Estado, as Olimpíadas de 2016, as modalidades de esportes e os países que já confirmaram sua preparação nos municípios mineiros. A Mesa da Assembleia opina pela rejeição do requerimento.

Votação do Requerimento nº 288/2015, do deputado Antônio Jorge, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre a nomeação da agente de segurança penitenciária Samanta Demônico Garcia, classificada na 11ª posição para a vaga JD 12127 na 5ª Risp de Uberaba, conforme publicação verificada em 10 de março no *Minas Gerais*, diário oficial do Estado, em razão de ser a única nomeada entre 170 remanescentes e haver, segundo representantes desse grupo, indícios de inversão da ordem de classificação na nomeação supracitada; e, ainda, informações relativas à previsão para nomeação dos demais aprovados no referido certame. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 318/2015, da Comissão de Cultura, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Educação pedido de informações sobre o cronograma das obras de restauração e reforma da Escola Estadual Paula Rocha, localizada em Sabará. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 319/2015, da Comissão de Educação, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Planejamento pedido de informações consubstanciadas na folha de desenvolvimento da carreira, incluindo a ficha financeira, de todos os servidores atingidos pela decisão que determinou a inconstitucionalidade da Lei Complementar nº 100, de 5/11/2007, no que se refere aos profissionais da educação básica das universidades Uemg e Unimontes cedidos a instituições conveniadas (Apaes e congêneres). A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 349/2015, da Comissão de Educação, em que solicita seja encaminhado aos secretários de Educação e de Transportes pedido de informações sobre o processo de restauração do Palacete Santa Mafalda, que abriga atualmente a Escola Estadual Delfim Moreira, localizada em Juiz de Fora. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 356/2015, da Comissão de Educação, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Educação pedido de informações sobre os procedimentos adotados para a aquisição de câmeras de segurança para a Escola Estadual Ana Salles, localizada em Juiz de Fora. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 507/2015, da Comissão de Defesa do Consumidor, que solicita seja encaminhado ao presidente da Cemig pedido de informações sobre o lucro líquido obtido por essa empresa nos anos de 2011 a 2014, nos termos do art. 7º, inciso II, da Lei nº 8.987, de 1995. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação, em turno único, da Indicação nº 2/2015, feita pelo governador do Estado, de Célio Dantas de Brito para o cargo de diretor-geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação da indicação.

Votação, em turno único, da Indicação nº 4/2015, feita pelo governador do Estado, de Renato Fraga Valentim para o cargo de presidente da Fundação Ezequiel Dias – Funed. A Comissão Especial opina pela aprovação da indicação.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 1/2015, feita pelo governador do Estado, de Jorge Raimundo Nahas para o cargo de presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig. A Comissão Especial opina pela aprovação da indicação.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 6/2015, feita pelo governador do Estado, de Liza Prado para o cargo de presidente da Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais – Utramig. A Comissão Especial opina pela aprovação da indicação.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 8/2015, feita pelo governador do Estado, de Michele Abreu Arroyo para o cargo de presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha. A Comissão Especial opina pela aprovação da indicação.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 9/2015, feita pelo governador do Estado, de Augusto Nunes Filho para o cargo de presidente da Fundação Clóvis Salgado – FCS. A Comissão Especial opina pela aprovação da indicação.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 11/2015, feita pelo governador do Estado, de Flávio Góes Menicucci para o cargo de diretor-geral do Departamento de Obras do Estado de Minas Gerais – Deop. A Comissão Especial opina pela aprovação da indicação.



Discussão, em turno único, da Indicação nº 12/2015, feita pelo governador do Estado, de Márcio da Silva Botelho para o cargo de Diretor-Geral do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA. A Comissão Especial opina pela aprovação da indicação.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.266/2015, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a alienar à Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - Codemig - o imóvel que especifica (Imóvel nº R-1-68956, Livro nº 2, Comarca de Belo Horizonte). (Urgência.) A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, e com a Emenda nº 2, que apresenta.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 10/6/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 10/6/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 10/6/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 10/6/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 578/2015, do deputado Fred Costa; 601 e 615/2015, da deputada Rosângela Reis; 627 e 698/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel; 717/2015, da deputada Rosângela Reis; 793/2015, do deputado Wander Borges; 894/2015, do deputado Gilberto Abramo; e 1.007/2015, da deputada Rosângela Reis.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 25/2015, do deputado Doutor Wilson Batista; 54 e 184/2015, do deputado Fred Costa; 198/2015, dos deputados Fred Costa e Noraldino Júnior; 457/2015, do deputado Arlen Santiago; 465 e 468/2015, do deputado Fred Costa; 617/2015, da deputada Rosângela Reis; 652, 656 e 831/2015, do deputado Fred Costa; 1.015/2015, do deputado Alencar da Silveira Jr.; 1.077/2015, do deputado Sargento Rodrigues; 1.096/2015, do deputado Braulio Braz; 1.106/2015, do deputado Rogério Correia; 1.165/2015, do deputado Alencar da Silveira Jr.; 1.186/2015, do deputado Gustavo Valadares; 1.426/2015, do deputado Luiz Humberto Carneiro; e 1.660/2015, do governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.103/2015, do deputado Adalclever Lopes; 1.178/2015, do deputado Ivair Nogueira; 1.179/2015, do deputado Duarte Bechir; 1.187/2015, do deputado Ulysses Gomes; 1.190/2015, do deputado Gustavo Corrêa; 1.191/2015, do deputado Adalclever Lopes; e 1.204/2015, do deputado João Leite.

Discussão e votação de proposições da comissão.



ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 10/6/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 10/6/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 10/6/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debate, com convidados, sobre as condições de atendimento, manutenção e custeio dos asilos no Estado de Minas Gerais.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 10/6/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 10/6/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão sobre a situação da cadeia produtiva da carne suína no Estado.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 10/6/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 203/2015, do deputado Fred Costa.

Audiência pública para debater o projeto de resgate das colônias de pessoas com hanseníase nas áreas social e de assistência.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 11/6/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS ÁGUAS, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 11/6/2015**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Conjunta das Comissões de Cultura e de Direitos Humanos**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Cristina Corrêa e Ione Pinheiro e os deputados Thiago Cota e Wander Borges, membros da Comissão de Cultura, e os deputados Cristiano Silveira, Durval Ângelo, Carlos Pimenta, Duarte Bechir e Paulo Lamac, membros da Comissão de Direitos Humanos, para a reunião a ser realizada em 10/6/2015, às 10h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de buscar alternativas para o não fechamento do Teatro Klaus Vianna.

Sala das Comissões, 9 de junho de 2015.

Bosco, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária das Mulheres**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Celise Laviola, Geisa Teixeira, Ione Pinheiro e Marília Campos, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 10/6/2015, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 9 de junho de 2015.

Rosângela Reis, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Conjunta das Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Extraordinária das Águas**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Marília Campos e os deputados Inácio Franco, Dilzon Melo e Iran Barbosa, membros da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; os deputados Iran Barbosa, Leandro Genaro, Arnaldo Silva, Doutor Jean Freire e João Vítor Xavier, membros da Comissão Extraordinária das Águas, para a reunião a ser realizada em 11/6/2015, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater a proteção das áreas de recarga no Sinclinal Moeda, a preservação de suas nascentes e, em especial, a implantação de empreendimentos imobiliários no entorno da Lagoa dos Ingleses, e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 9 de junho de 2015.

Cássio Soares, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 359/2015****Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo****Relatório**

De autoria do deputado Fred Costa, o projeto em análise, resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 63/2011, visa instituir o Dia da Comunidade Italiana.

A proposição foi publicada no *Diário do Legislativo* de 13/3/2015 e distribuída à Comissão de Constituição e Justiça e à Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo.

Em análise preliminar, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

A proposição vem a esta comissão para receber parecer de mérito, nos termos do art. 102, XIII, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 359/2015 pretende criar, no âmbito do Estado, o Dia da Comunidade Italiana, a ser comemorado anualmente em 2 de junho.

Segundo a Comissão de Constituição e Justiça, qualquer estado pode instituir data comemorativa.



No século XIX, a proibição da entrada de escravos provenientes da África, o fim do tráfico negreiro e a abolição da escravidão induziram a demanda pelo trabalho de imigrantes europeus. Ao mesmo tempo, na Itália, o quadro de déficits sociais, altas taxas de desemprego, desenvolvimento industrial excludente, escassez de terras cultiváveis e a Unificação Italiana de 1871 levaram, no final do século XIX, a maciço movimento migratório daquele país para a porção centro-sul do Brasil. Primeiro, devido a um plano de colonização do governo brasileiro, para a Região Sul. Em seguida, em maior quantidade, substituindo a mão de obra escrava nas plantações de café, para os estados de São Paulo e de Minas Gerais.

Em sete décadas, cerca de 1,5 milhão de italianos constituíram o principal grupo de imigrantes a entrar no Brasil, a partir do final do século XIX. Segundo estimativas, em 1900, 540 mil italianos constituíam aproximadamente 3% da população do País. O censo nacional de 1920 contabilizou 558 mil italianos, equivalentes a 52% dos estrangeiros residentes no Brasil. No censo de 1940, que perguntou sobre a origem dos brasileiros, 1,26 milhão de brasileiros afirmaram ser filhos de pai italiano, enquanto 1,07 milhão disseram ser filhos de mãe italiana.

Em Minas Gerais, os imigrantes se concentraram em três regiões: Belo Horizonte, recentemente inaugurada; Sul e Zona da Mata, com concentrações de plantações de café e núcleos coloniais.

Entre 1894 e 1897, Minas Gerais recebeu aproximadamente 61 mil imigrantes, dos quais cerca de 50 mil italianos. Em 1898, o Estado mantinha quatro núcleos coloniais povoados por italianos: Rodrigo Silva, próximo a Barbacena; Maria Custódia, em Sabará; Barreiros, nas cercanias de Belo Horizonte; e São João del-Rei. As colônias na capital mineira deram origem, mais tarde, a bairros como Carlos Prates, Santa Tereza, Barro Preto e Savassi.

É perceptível a influência italiana na formação econômica, social e cultural de Minas Gerais, razão pela qual entendemos que a proposição em análise merece ser aprovada.

Conclusão

Opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 359/2015 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 2 de junho de 2015.

Fábio Avelar Oliveira, relator - Roberto Andrade - Antônio Carlos Arantes.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.736/2015

Comissão de Segurança Pública

Relatório

De autoria do deputado João Alberto, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública o Instituto Nova-Limense de Estudos do Sistema Penitenciário - Inespe -, com sede no Município de Nova Lima.

A matéria foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.736/2015 pretende declarar de utilidade pública o Instituto Nova-Limense de Estudos do Sistema Penitenciário - Inespe -, com sede no Município de Nova Lima. Segundo seu estatuto, trata-se de associação civil, sem fins econômicos, regido especialmente pela Lei Federal nº 9.790, de 23/3/1999, que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como organizações da sociedade civil de interesse público - oscips.

Ainda segundo seu estatuto, o Inespe tem como finalidade promover a paz, a cidadania, os direitos humanos, a democracia e outros valores universais, bem como estudos, pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos, além de atuar na formulação e no acompanhamento de políticas públicas de prevenção e de redução da violência e da criminalidade na região.

Percebe-se a relevância do trabalho do instituto, sobretudo sob a perspectiva da prevenção à criminalidade. E, por esse motivo, considera-se meritória a intenção de lhe conceder o título de utilidade pública, o que significa um reconhecimento oficial dos serviços prestados à comunidade. Além disso, o Inespe fica apto a reivindicar benefícios que são restritos às entidades declaradas de utilidade pública, como certas isenções e imunidade tributárias, o que contribuirá para a qualidade dos trabalhos prestados e a própria manutenção do Inespe.

Ressalte-se que a Comissão de Constituição e Justiça, quando do exame da documentação que instrui o processo, constatou o inteiro atendimento às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que dispõe sobre a declaração de utilidade pública e dá outras providências.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.736/2015, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 9 de junho de 2015.

Sargento Rodrigues, relator.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.193/2015

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do deputado Noraldino Júnior, o projeto em epígrafe "regulamenta o sistema de inclusão e exclusão dos nomes dos consumidores nos cadastros de proteção ao crédito".



Publicada no *Diário do Legislativo* de 25/4/2015, a proposição foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, nos termos do art. 188 do Regimento Interno.

Cumpre-nos, preliminarmente, examinar a proposição nos seus aspectos de juridicidade, constitucionalidade e legalidade, nos termos do art. 102, III, “a”, do mencionado Regimento.

Fundamentação

A proposta em tela pretende regulamentar o sistema de inclusão e exclusão dos nomes dos consumidores nos cadastros de proteção ao crédito.

Para tanto, dispõe que “a inclusão do nome de pessoas físicas ou jurídicas em cadastros ou bancos de dados de consumidores mantidos por empresas de serviços de proteção ao crédito ou congêneres, referente a qualquer informação de inadimplemento, dispensa a autorização do devedor, mas requer a sua notificação prévia” (art. 1º).

De acordo com o art. 3º da proposição, “as empresas mencionadas no art. 1º expedirão a notificação prévia ao devedor, no endereço fornecido pelo requerente da inscrição, sendo indispensável a comprovação de sua entrega no mesmo endereço, mediante aviso de recebimento - AR - ou documento equivalente assinado por aquele que receber a notificação”.

Segundo a justificativa do autor, a proposição tem como finalidade “garantir aos consumidores, além do direito à informação escrita sobre o motivo do indeferimento de crédito ou a negativa de aceitação de crédito, a certeza e a segurança de que eles serão comunicados quando do lançamento de seus nomes e de seus respectivos números de documentos de identificação nos cadastros e bancos de dados de consumidores, de serviços de proteção ao crédito, ou congêneres, explorados por empresas prestadoras dos serviços de informações creditícias para as instituições financeiras, associações comerciais e clubes lojistas”.

A despeito da nobre iniciativa do autor, entendemos que o projeto, na forma em que foi apresentado, não tem condições de prosperar nesta Casa.

Os cadastros de restrição ao crédito foram disciplinados pelo art. 43 e seguintes da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, o Código de Defesa do Consumidor, com o objetivo de proporcionar aos fornecedores e aos consumidores a facilitação da concessão e do acesso ao crédito, não existindo, na mencionada norma jurídica, restrição para a inclusão do nome do consumidor inadimplente nos bancos de dados.

Tais bancos são pessoas jurídicas que exercem atividade legalmente disciplinada e constitucionalmente permitida (art. 170, parágrafo único, da Constituição), cuja finalidade é oferecer subsídios para que agentes econômicos possam obter mais informações a fim de deliberar a respeito de uma futura concessão de crédito ou de uma possível realização de negócios, ferramenta fundamental para o desenvolvimento de qualquer economia. As informações fornecidas pelos bancos de dados de proteção ao crédito visam a auxiliar as pessoas jurídicas a conhecer melhor a capacidade de pagamento de seus clientes e calcular, de forma mais precisa, o custo do seu capital, que é diretamente proporcional ao da inadimplência enfrentada.

O art. 24 da Constituição da República estabelece a competência concorrente para a União, os estados e o Distrito Federal legislarem sobre “produção e consumo” (inciso V). Cabe à União, na hipótese, criar normas gerais (§ 1º do art. 24) e, inexistindo lei federal sobre normas gerais, os estados detêm competência legislativa plena (§ 3º do mesmo art. 24).

O Código de Defesa do Consumidor, em seu art. 43, já regula suficientemente o tema objeto da proposição em tela, nos seguintes termos:

“Art. 43. O consumidor, sem prejuízo do disposto no art. 86, terá acesso às informações existentes em cadastros, fichas, registros e dados pessoais e de consumo arquivados sobre ele, bem como sobre as suas respectivas fontes.

§ 1º Os cadastros e dados de consumidores devem ser objetivos, claros, verdadeiros e em linguagem de fácil compreensão, não podendo conter informações negativas referentes a período superior a cinco anos.

§ 2º A abertura de cadastro, ficha, registro e dados pessoais e de consumo deverá ser comunicada por escrito ao consumidor, quando não solicitada por ele.

§ 3º O consumidor, sempre que encontrar inexatidão nos seus dados e cadastros, poderá exigir sua imediata correção, devendo o arquivista, no prazo de cinco dias úteis, comunicar a alteração aos eventuais destinatários das informações incorretas.

§ 4º Os bancos de dados e cadastros relativos a consumidores, os serviços de proteção ao crédito e congêneres são considerados entidades de caráter público.

§ 5º Consumada a prescrição relativa à cobrança de débitos do consumidor, não serão fornecidas, pelos respectivos Sistemas de Proteção ao Crédito, quaisquer informações que possam impedir ou dificultar novo acesso ao crédito junto aos fornecedores”.

Como se vê, a norma geral trata do tema e deixa pouco espaço para o legislador estadual. Da leitura atenta do projeto de lei, verifica-se que a matéria regulada é a mesma, implicando conflito e invasão de competência da União. As normas constantes do projeto não tratam de suplementação, mas alteram a imputação normativa da lei.

Como o Código de Defesa do Consumidor, norma de caráter geral, não apresenta exceções quanto à obrigatoriedade prévia de comunicação do devedor acerca da inclusão do apontamento negativo em seu nome, não pode a lei estadual inovar e criar exceções que a regra geral não previu.

Vale lembrar que essa matéria não é nova e é inclusive objeto da Súmula nº 359, do Superior Tribunal de Justiça - STJ -, com o seguinte teor: “Cabe ao órgão mantenedor do cadastro de proteção ao crédito a notificação do devedor antes de proceder à inscrição”. Além disso, de forma contrária ao disposto no projeto, a Súmula nº 404 do STJ define que “é dispensável o Aviso de Recebimento (AR) na carta de comunicação ao consumidor sobre a negativação de seu nome em bancos de dados e cadastros”.

Observe-se que, recentemente, tramitou na Casa o Projeto de Lei nº 721/2011, de autoria do deputado Délio Malheiros. Após sua aprovação, a proposição foi integralmente vetada pelo governador Antônio Anastasia, com as seguintes razões:

“De iniciativa parlamentar, a Proposição de Lei nº 21.276 visa exigir dos bancos de dados, cadastros de consumidores, serviços de proteção ao crédito e congêneres que a inclusão do consumidor nessas listagens seja feita através de sua prévia comunicação mediante carta registrada na modalidade de Aviso de Recebimento - AR.



(...)

Inicialmente, saliento que a competência para legislar sobre direito consumerista é concorrente, consoante dispõe o art. 24, inciso V, da Constituição da República Federativa do Brasil, cabendo à União estabelecer normas gerais sobre a matéria e aos Estados e Distrito Federal legislar de forma supletiva ou suplementar, conforme a existência, ou não, de lei federal geral a respeito do tema.

Analisando a Proposição, entendo que a matéria nela tratada ultrapassa o disposto na norma geral contida no Código de Defesa do Consumidor - CDC -, mormente o art. 43 que cuida 'Dos Bancos de Dados e Cadastros de Consumidores'.

Isto porque o § 2º do art. 43 do CDC estabelece que a abertura de cadastro e dados pessoais e de consumo deverá ser comunicada por escrito ao consumidor, quando não solicitada por ele, não se exigindo procedimento especial para tal ato.

Entendo, pois, que a obrigatoriedade de comunicação ao consumidor por intermédio de carta registrada na modalidade Aviso de Recebimento - AR - não se enquadra na hipótese de necessidade ou interesse público peculiares do Estado de Minas Gerais. Logo, não há justificativa para o exercício da competência legislativa concorrente suplementar do Estado nessa questão, uma vez que incide, na matéria, e com propriedade e adequabilidade constitucional, o Código de Defesa do Consumidor (...)"

Por fim, vale observar que, no Estado de São Paulo, no dia 9 de janeiro de 2015, foi publicada a Lei nº 15.659, de conteúdo quase idêntico à proposição em tela, apesar do veto integral do governador.

Contra a referida lei, já foram ajuizadas três Ações Diretas de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal, pela Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas - CNDL - (ADI nº 5224), pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - CNC - (ADI 5252) e pelo governador daquele Estado (ADI 5273), argumentando que teria havido invasão da reserva constitucional de competência legislativa da União.

No último dia 13 de março, a Corte Especial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2044447-20.2015.8.26.0000, houve por bem suspender os efeitos da lei. Vide o seguinte teor do voto do desembargador relator Arantes Theodoro:

“A autora alega que referida lei incorreu em inconstitucionalidade por usurpação da competência da União para legislar sobre Direito Civil e Direito Comercial, bem como por inovar assuntos já regulados em lei federal, isto é, no Código de Defesa do Consumidor, tendo com isso violado o art. 1º da Constituição estadual.

À parte aprofundado exame valorativo sobre os fundamentos da propositura, mostra-se relevante e razoável o argumento relativo à ofensa a dispositivo da Constituição estadual.

Justifica-se, pois, suspender liminarmente os efeitos da citada lei, o que agora ocorre, isso de modo a evitar o risco de lesão de difícil ou improvável reversão”.

Por tudo isso, entendemos que, embora louvável a iniciativa do parlamentar, não merece tramitar o projeto em análise nesta Casa.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade do Projeto de Lei nº 1.193/2015.

Sala das Comissões, 3 de junho de 2015.

Leonídio Bouças, presidente - Luiz Humberto Carneiro, relator - Isauro Calais - Cristiano Silveira - João Alberto.



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

43ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 28/5/2015

O deputado Professor Neivaldo - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, boa tarde. Várias são as questões que gostaríamos de apresentar. Há muito tempo gostaria de ter falado sobre as ações do nosso governo. Nos últimos dias, muito se questionou em relação ao PT. Muitos desafios tivemos nesta tribuna a que assomamos e de onde defendemos o nosso partido. Quero falar da felicidade e do orgulho que tenho de participar do PT, no qual estou há mais de 20 anos. Aliás, neste final de semana teremos o nosso quinto encontro estadual em Belo Horizonte.

Para nós é motivo de orgulho, deputada Geisa, ver o trabalho que nosso governador tem feito, principalmente as ações concretas do nosso governo, do governo Pimentel. Um dos exemplos é o acordo com os trabalhadores e as trabalhadoras em educação do Estado de Minas Gerais, os quais, para dialogar com o governo anterior, tinham de fazer paralisações e chegaram a 112 dias de greve. Aliás, a greve às vezes terminava em acordo, mas este não era respeitado.

Então, na próxima semana, nós, deputados e deputadas, estaremos aqui discutindo e aprovando um projeto para a valorização de trabalhadores e trabalhadoras em educação. Certamente não é o projeto ideal, o melhor, mas neste momento há um entendimento na busca da valorização não somente dos professores, mas de todos os trabalhadores, o reconhecimento dos professores, dos auxiliares de serviços gerais, das secretarias, daqueles e daquelas que trabalham nas superintendências. Além disso, a busca para o pagamento e implemento do piso nacional.

Realmente, o governo Pimentel inicia um novo ciclo no Estado de Minas Gerais: o respeito aos trabalhadores e às trabalhadoras em educação. E não é só isso. Tivemos um processo de negociação com os trabalhadores da segurança e com os da saúde. Então, gostaria de registrar meu orgulho de fazer parte do governo do PT, que, neste momento, negocia, dialoga com o funcionalismo público do Estado. O Estado de Minas Gerais foi penalizado pela mentira do choque de gestão do governo Aécio Neves, do governo Anastasia, enfim, do governo do PSDB, mas vem, em um momento crucial, mostrar a diferença: o que é um governo do PT e o que é um governo do PSDB. Temos vários exemplos do governo PSDB. Um deles, infelizmente, é o que aconteceu no Estado do Paraná com o governo do PSDB, do Richa, amigo de Aécio Neves.



Daqui a pouco passarei a palavra ao deputado Paulo Lamac, presidente da nossa Comissão de Educação, mas, antes, gostaria de dar um outro exemplo. Queremos uma educação em que os trabalhadores sejam realmente valorizados e também queremos discutir a educação como um todo. Nesta semana tivemos o lançamento dos fóruns que discutirão o Plano Decenal de Educação. Também iremos discutir o aspecto pedagógico com os trabalhadores e com a comunidade para decidir qual é a educação que queremos.

Tivemos aqui a presença da secretária de Educação, a companheira Macaé, que disse que quer dialogar também com os alunos de 15 a 17 anos. Qual é a educação básica que esses alunos do ensino médio querem? O que eles têm para nos dizer em relação à educação do Estado de Minas Gerais? Valorizamos o funcionalismo, discutimos o lado pedagógico, queremos discutir com a comunidade.

Outra preocupação é discutir as estruturas das escolas. Infelizmente, o governo passado, do PSDB, deixou nossas escolas fisicamente destruídas. Por exemplo, recentemente, em Uberlândia, o ventilador caiu em cima de um aluno. Não é ação predatória dos alunos, é uma ação realmente de escolas sucateadas, com telhados caindo, onde chove mais dentro da sala do que do lado de fora. Escolas que deveriam estar sendo construídas e estão paradas, escolas funcionando em lugares inadequados. Então, 75% das nossas escolas estão sucateadas. Essa é uma herança que o governador Pimentel recebeu. Ele também sabia que isso estava acontecendo em Minas Gerais e que essa situação terá de ser resolvida.

O deputado Paulo Lamac (em aparte)* - Muito obrigado, caro colega Professor Neivaldo. Somente gostaria de concordar com a análise brilhantemente desenvolvida por V. Exa. Realmente vivemos um momento de virada, um momento de inflexão na educação. Todo cidadão que está nos acompanhando, seja aqui no Plenário, seja através das galerias, seja pela TV Assembleia, sabe que a educação é cara. Temos de ter isso claro: a educação não é barata. Educação de qualidade é o que custa para o poder público, e é por isso que existe um valor mínimo definido pela Constituição que deve ser investido por todos os governos em educação.

Em Minas, vivíamos um orçamento de mentirinha. Agregava-se àquilo que deveria ser investido na educação dos nossos jovens uma quantidade de coisas que não deveriam ser pautadas como educação. Por exemplo, pagamento dos servidores aposentados, uma despesa que não se enquadraria como gasto efetivado em educação. Era para cumprir tabela. Com isso, fazia-se uma economia, entre aspas, uma economia porca. E essa situação que V. Exa. relata com brilhantismo é fruto disso. Toda dona de casa sabe que há economia que não vale a pena fazer de conta que dará bom resultado. É a economia porca, o barato que sai mais caro depois. Deixar as escolas entrarem na situação de miséria em que se encontram hoje e o servidor da educação abandonado à própria sorte tem um custo alto. O custo impacta na educação. Então esse movimento que o deputado Professor Neivaldo está aqui descrevendo, com muita competência -temos que enaltecer a sua atuação na Comissão de Educação -, é claro, é uma inflexão. Será duro, como está sendo. É um longo caminho que tem de ser recuperado. Mas não tenho a menor dúvida, deputado Professor Neivaldo, que, com a determinação demonstrada pelo governador Fernando Pimentel e pela secretária Macaé, certamente conseguiremos alcançar esse tempo perdido.

Parabéns pela iniciativa e parabéns pela análise realmente brilhante.

O deputado Professor Neivaldo - Obrigado, deputado Paulo Lamac. Ainda falando da herança maldita deixada para o governo Pimentel, muito ainda teremos que trabalhar. Há a questão do Ipsemg, que foi roubado, sucateado, e faz falta, principalmente no interior do Estado de Minas Gerais. Precisamos recuperar o nosso instituto, que é tão necessário para o nosso funcionalismo, principalmente para os professores. Precisamos, também no interior, descentralizar as perícias médicas. Para se ter uma ideia, as pessoas da região do Triângulo Mineiro, de Uberlândia, precisam vir a Belo Horizonte para fazer perícia para aposentadoria por invalidez. Isso é muito sofrido. Às vezes as pessoas estão com câncer, doença nos ossos, e a passagem é muito cara. Poderia haver uma banca em Uberlândia para fazer essa perícia para toda a região, e não ser preciso que as pessoas tenham que vir a Belo Horizonte fazer essa perícia, até pela questão financeira. É uma reivindicação que estamos fazendo. Precisamos de hospitais, de hospital regional do Ipsemg naquela região. Estamos praticamente sem hospital para atender pelo Ipsemg. São coisas que preocupam o nosso governador. Sabemos que precisaremos de mais tempo para isso ser atendido. São heranças deixadas.

O deputado Cristiano Silveira (em aparte)* - Deputado Professor Neivaldo, quero cumprimentá-lo pelas palavras e dizer da nossa alegria em compartilhar com V. Exa. esta legislatura, sabendo da sua vasta experiência na câmara de Uberlândia, que vem contribuir com o Parlamento em Minas Gerais. Estou solicitando este aparte, deputado, porque ontem falei sobre a chamada pedalada ambiental, nome dado pela imprensa à dívida que o governador Fernando Pimentel poderá ter que assumir, se assim entender a Justiça, por uma provocação do Ministério Público, por não ter feito investimentos em conservações ambientais. Na minha fala ontem, disse que o Estado de Minas era pentacampeão em desmatamento. O deputado que me respondeu, em sequência, disse que eu estava mentindo. Tenho que aqui esclarecer uma mentira: Minas Gerais é o estado que reduziu o desmatamento. Mas o atlas do desmatamento da mata atlântica, feito pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, junto com a Fundação SOS Mata Atlântica, em 2014, confirma que Minas Gerais foi o estado que desmatou mais de 8.400ha de mata atlântica. Minas Gerais é, sim, pentacampeão. Ainda que possa ter reduzido, figura entre os estados que mais desmataram em nosso país.

Deputado Ulysses Gomes, preciso fazer esse esclarecimento para não ficar parecendo que viemos a esta tribuna para dizer mentiras ou inverdades. Muito obrigado pela gentileza, deputado Professor Neivaldo.

O deputado Professor Neivaldo - Obrigado, deputado. Aproveitando a fala do deputado Cristiano, gostaria de parabenizar o trabalho de meus companheiros e minhas companheiras, deputados da base do governo e, sobretudo, do PT. Volto a afirmar, ultimamente alguns deputados da oposição vêm a esta tribuna para fazer discursos tentando ferir a imagem do PT. Reafirmo o orgulho que tenho de fazer parte do PT. É muito fácil subir à tribuna e jogar para a plateia, dizer que está ao lado dos professores, da polícia e da saúde. No entanto, ficaram 12 anos e não fizeram nada, não fizeram nada para o funcionalismo. O que fizeram foi o choque de gestão que atingiu, sobretudo, esse funcionalismo público.

Tenho muito orgulho do PT, tenho muito orgulho de fazer parte de um partido do qual faz parte Durval Ângelo, que, para nós, sempre foi exemplo de político; tenho muito orgulho de fazer parte de um partido do qual faz parte Rogério Correia. Esses dias até brinquei falando dos cabelos brancos do Rogério. Quando entrei na educação, o Rogério já lutava pela educação. Apesar do tempo, Rogério, que é deputado, você nunca perdeu essa linha, ou seja, está sempre ao lado dos trabalhadores e das trabalhadoras. Temos



também a companheira Geisa. Algum tempo atrás, ouvimos falar do governo do PT em Varginha, onde a companheira Geisa era primeira-dama e fazia um excelente trabalho como voluntária, transformando a educação.

Já estou concluindo, presidente, mas não poderia deixar de falar disso. Ouvimos falar de Varginha, deputada Geisa, e a transformação que vocês faziam nesse município, principalmente na área da educação. A deputada Cristina Correia também faz um trabalho brilhante numa ONG coordenada por essa família, em Santa Luzia e em outras partes da Grande BH. Enfim, são nomes como o de Marília Campos, que fez brilhante administração em Contagem, morou em Uberlândia e participou de toda a construção do PT naquela região, de onde venho.

Também os novos deputados: Ulysses, Cristiano, Doutor Jean. Enfim, para nós é motivo de muito orgulho fazer parte dessa bancada de pessoas honestas, compromissadas com Minas Gerais, com nosso governo e com a transformação social do nosso país. Muito obrigado e desculpe-me.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Bosco - Sr. Presidente, deputado Ulysses Gomes, que conduz os trabalhos da reunião ordinária da tarde de hoje, deputados, deputadas, público que nos honra com a sua presença, boa tarde. Nossos cumprimentos especiais aos telespectadores que nos acompanham pela TV Assembleia.

Sr. Presidente, gostaria de aproveitar esta oportunidade, já que esta é a primeira vez, neste mês de maio, que faço uso desta tribuna, para falar um pouquinho da AMM, que tem papel preponderante em Minas Gerais, sobretudo no apoio aos municípios.

Sabemos que praticamente todos os municípios, em quase sua totalidade, estão enfrentando diversos desafios, diversas dificuldades. Hoje, há municípios que não estão tendo condições de manter a sua própria folha de pagamento, muito menos de contar com recursos para investimentos em áreas tão importantes como saúde, educação, assistência social, entre outras. Por isso, entendo que a AMM tem um papel extremamente importante em, através da união da associação, buscar soluções para as dificuldades enfrentadas atualmente por centenas de prefeitos no Estado de Minas Gerais.

Sabemos que são dificuldades de toda ordem, não só no âmbito estadual, mas sobretudo no federal. Temos certeza absoluta de que, com o apoio desta Casa, dos deputados e da AMM, os municípios terão dias melhores, e nós realmente poderemos dar um suporte maior aos prefeitos que estão passando por dificuldades incalculáveis.

Por isso, gostaria de cumprimentar o ex-presidente da AMM, o Toninho Andrada, que teve a oportunidade de ser presidente dessa importante associação, onde desenvolveu um bellissimo trabalho, sobretudo defendendo a federalização para fortalecer os municípios. Agora, o Toninho Andrada passou o bastão para um prefeito e ex-deputado desta Casa, extremamente conceituado, o prefeito de Pará de Minas, Antônio Júlio. Tenho certeza de que o Antônio Júlio, municipalista que é, uma liderança incontestada do Estado de Minas Gerais, realizará um trabalho excepcional à frente da AMM, sobretudo apoiando os prefeitos. Portanto, gostaria de deixar esse registro e nossos cumprimentos tanto ao ex-presidente Toninho Andrada quanto ao atual presidente, ex-deputado, prefeito de Pará de Minas, Antônio Júlio. Tenho certeza de que, juntamente com toda a diretoria da atual gestão, ele realizará um grande trabalho à frente da AMM.

Na condição de parlamentar por Minas Gerais, quero me colocar à disposição, porque, como também sou um deputado municipalista, sei que as coisas acontecem nos municípios. Nos municípios é que as pessoas adoecem, precisam de saúde e de bons hospitais. Nos municípios é que existem as demandas de moradia e de uma boa educação. Enfim, as coisas, de fato, acontecem nos municípios. O Estado e a Federação são entes que realmente têm sua importância, porém, temos que acreditar e lutar sempre para que os municípios saiam fortalecidos. Sabemos que o Estado e o governo federal têm o dever de promover as melhores condições para os municípios, para que estes ofereçam os melhores serviços aos seus municípios.

Gostaria também, caro presidente, de destacar o evento que aconteceu na Fiemg na semana passada.

A Fiemg prestou homenagem a vários industriais, a vários profissionais em Minas Gerais, sobretudo a importantes empresários, que hoje estão à frente de empresas que geram empregos, que geram renda para este Estado. São empresas que realmente têm feito a diferença, mesmo diante das dificuldades.

Tivemos oportunidade de participar desse evento extremamente importante, realizado pela Fiemg. Nós, junto à Fiemg, homenageamos o presidente da CBMM, Dr. Tadeu Carneiro. Ele está à frente dessa empresa tão importante, hoje instalada em Araxá, em nossa cidade. A CBMM exporta nióbio para mais de 40 países, contribuindo sobremaneira com a balança comercial do Brasil, sobretudo a de Minas Gerais. Ela gera emprego e renda. Essa empresa, mesmo diante das dificuldades do Estado e do País, tem feito a diferença, tem inovado e realizado investimentos importantes para o aumento da produção de nióbio.

Quero aproveitar esta oportunidade para cumprimentar a Fiemg por ter tido a felicidade, por intermédio de sua diretoria, de escolher como industrial do ano o Dr. Tadeu Carneiro, presidente da CBMM, que, com certeza, é plenamente merecedor desse reconhecimento. Nós, araxaenses, também nos sentimos prestigiados e homenageados por essa justa deferência feita ao Dr. Tadeu Carneiro e à CBMM.

O deputado Gustavo Corrêa (em aparte) - Deputado Bosco, serei bem rápido em minhas colocações. Da mesma forma que V. Exa., eu também estava lá na última quinta-feira. Estivemos juntos, quando a Fiemg, mais uma vez, premiou os industriais de destaque do nosso estado. Como bem disse V. Exa., não teve homenagem mais justa que a feita ao Dr. Tadeu Carneiro como industrial do ano, em razão de seus serviços prestados à CBMM, essa grande empresa que é referência em nióbio não apenas no Brasil como também em todo o mundo.

Digo sempre, deputado Bosco, que Araxá é conhecida por inúmeras qualidades. É conhecida pelas águas termais, pelos doces, pelos que lá vivem e nasceram, como V. Exa. e tantos outros amigos que tenho. Todavia a CBMM, sob a gestão do Tadeu Carneiro, com certeza eleva o nome de Araxá por todo o mundo. Tenho certeza de que todos os que habitam Araxá ficaram extremamente orgulhosos com essa homenagem. De público, cumprimento V. Exa., como representante do Alto Paranaíba e de Araxá, por essa homenagem ao Dr. Tadeu Carneiro pelos serviços que tem prestado, volto a dizer, não apenas a Minas Gerais, mas sobretudo ao nosso país.

Finalizando, comunico ao deputado Rogério Correia, que lá não estava, que fiquei preocupado. Imagino que ele deve estar tomando as medidas necessárias, porque, no mesmo evento, o atual governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel, da Dilma, não sei por que



cargas d'água, quando foi fazer seu pronunciamento, recebeu uma salva de vaias dos presentes. Imagino que isso ocorreu por não concordarem com a maneira como ele vem dirigindo a política econômica do Estado, da mesma forma que a presidenta da República, lá em Brasília.

O deputado Bosco - Agradeço o deputado Gustavo Corrêa pela sua participação, sobretudo quanto ao que diz respeito à minha querida cidade de Araxá e à importância da CBMM, empresa que é referência não só para Minas Gerais, mas também para o Brasil e para o mundo, já que é responsável por mais de 80% de todo o nióbio em âmbito mundial. Ela gera diretamente mais de 1.800 empregos. Essa empresa, que tem importância fundamental para Minas Gerais, é parceira da Codemig. Hoje ela é responsável por quase 90% de tudo que se arrecada pela Codemig.

Sabemos que a Codemig fez importantes obras, faz importantes obras neste Estado, com a participação da CBMM e do solo araxaense.

Antes de dar aparte ao meu parceiro deputado Rogério Correia, gostaria de dizer que tivemos, durante esse evento na Fiemg, um momento extraordinário e extremamente importante de ação por parte do governo do Estado, por parte do governador Pimentel. Nesse evento da Fiemg, quando estava sendo homenageado como o industrial do ano nosso amigo e presidente da CBMM, Dr. Tadeu Carneiro, lançou-se um programa extremamente importante para o crescimento de Minas Gerais, sobretudo das indústrias, numa parceria do governo do Estado, através da Codemig, com a Fiemg, que visa à revitalização e à reestruturação dos distritos industriais de todas as cidades de Minas Gerais que possuem distrito industrial. Sabemos que temos mais de 57 distritos funcionando em importantes cidades, em cidades estratégicas do Estado, distritos em situação precária, sobretudo em termos de infraestrutura.

O governo Pimentel, com essa visão empreendedora, com a visão de que Minas precisa crescer oferecendo oportunidades para as empresas que já estão instaladas no Estado, lançou esse projeto arrojado, em parceria, repito, com a Fiemg, através da Codemig, em que se vai dar aos municípios que têm seus distritos em funcionamento oportunidade de aprimorar essa estrutura, oferecer melhores condições para indústrias já instaladas e condições para as que vão se instalar a partir de agora.

Não poderia deixar de ressaltar essa iniciativa do governador Pimentel e de cumprimentá-lo por isso. Tenho certeza absoluta de que isso vai ser um sucesso e que vai atrair mais empresas para Minas Gerais, através desses distritos, desses municípios, mas, acima de tudo, deputado Rogério, vai valorizar as indústrias, as empresas que já estão instaladas, que, com esse apoio e essa potencialidade a mais, vão poder gerar mais divisas e mais empregos nos municípios onde estão instaladas, sobretudo em Minas Gerais.

O deputado Rogério Correia (em aparte) - É rápido o aparte, dentro do minuto que falta, deputado Bosco, apenas para parabenizá-lo. Tenho certeza de que essas atitudes que V. Exa. enumerou devem ter sido muito aplaudidas pelos empresários progressistas que querem ver Minas avançar. Com certeza, eles aplaudiram essa atitude do governador Fernando Pimentel, como V. Exa. vem fazendo. Pode ser que uma ala tenha ficado descontente, talvez aquela puxada pelo ex-governador Eduardo Azeredo, que agora está na Fiemg recebendo R\$25.000,00. Talvez essa ala não tenha gostado da presença do governador Fernando Pimentel, mas creio que é uma ala minoritária, porque, evidentemente, os empresários não têm essa deselegância que foi aqui anunciada pelo líder da oposição.

Quero parabenizá-lo pela sua abordagem e pedir à Fiemg que tenha mais cuidado nas suas contratações porque isso pode até fazer com que a imagem de uma entidade tão respeitada fique manchada com a presença de alguém que não deveria estar lá, mas em outro lugar. Obrigado.

O deputado Bosco - Agradeço ao deputado Rogério Correia. Presidente, só para encerrar, teríamos um outro assunto em nossa pauta, mas o tempo não vai ser suficiente para darmos a tratativa necessária, dada sua importância, mas, numa próxima oportunidade, vamos falar sobre o gasoduto.

Temos um grande projeto em Minas Gerais, a Planta de Amônia, que está sendo implantada no Município de Uberaba e vai também ser fator preponderante para a economia, sobretudo para o agronegócio. Temos certeza de que o governador Pimentel vai cumprir com o compromisso firmado através da Cemig, da Gasmig, de levar esse gasoduto até Uberaba para garantir o funcionamento dessa Planta de Amônia para Uberaba e para Minas Gerais.

Aprovamos um requerimento na Comissão de Minas e Energia para realizar audiências públicas com o objetivo de discutir a construção do gasoduto, partindo de Queluzito até Uberaba e passando por mais de 50 municípios. Isso representará uma alavanca para o desenvolvimento do Centro-Oeste, do Alto Paranaíba e do Triângulo Mineiro. Na próxima oportunidade trataremos melhor desse assunto tão importante.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

A deputada Rosângela Reis* - Sr. Presidente, deputado Ulysses Gomes, deputadas, deputados, telespectadores da TV Assembleia que nos acompanham nesta tarde. Para mim, é uma honra estar aqui falando para todos os mineiros. Venho a esta tribuna lembrar uma grande preocupação, tenho certeza de que é de todos os deputados, referente à situação econômica de Minas Gerais, que está cada vez mais difícil. Sabemos que estados e municípios estão sofrendo com a falta de investimentos.

Quando exercia meu primeiro mandato, em 2008, estive reunida com a secretária de Desenvolvimento Econômico, Dorothea Werneck, e levei os anseios do nosso Vale do Aço, mostrei a sua realidade. Iniciava-se ali grande expectativa quanto à extensão de uma grande empresa, a Usiminas. Poucos meses depois, recebemos a notícia de que essa expansão não ocorreria e que estávamos iniciando uma crise econômica mundial. Estamos vivenciando essa crise até hoje, ainda temos graves problemas. Hoje, a situação está mais séria.

Deputado Rogério Correia, concederei aparte a V. Exa. daqui a pouco, assim como ao deputado Dirceu Ribeiro.

Por diversas vezes, insisti com o governo e seus secretários para trabalharmos uma política preventiva que desse respaldo às áreas de mineração e siderurgia, que geram muitos empregos. Muitos pais de família dependem dessas áreas. Então, desde aquela época eu já me empenhava, já me reunia, mostrava a realidade do Estado de Minas Gerais e do País. No entanto, não houve preocupação alguma, empenho algum para desenvolver um plano ou programa de sustentação dos municípios apoiando as empresas e permitindo às famílias continuarem ali. Uma mineradora vai a um município para exercer atividade minerária, e os trabalhadores firmam ali residência.



Depois, a mineradora sai e não tem nenhuma proposta de continuidade, de um plano para que possa se desenvolver e dar apoio a essas famílias, às empresas para que empregos sejam gerados.

E o segmento da siderurgia? Hoje estamos vivendo um caos no Vale do Aço. Tivemos a notícia, na semana passada, que a Usiminas vai desligar dois altos-fornos. Então essa crise hoje está instalada na região. Haverá demissão de vários trabalhadores, deputada. A nossa preocupação em relação a esses trabalhadores é saber onde eles vão buscar o seu sustento. Hoje a empresa já está buscando alternativas, pois deixará de produzir 120t de aço. Serão desligados o alto-forno de Cubatão e também, no Estado de Minas Gerais, o de Ipatinga. Isso ocorrerá no próximo 4 de junho.

Então é essa preocupação que trago. Nós, deputados, bem como o Estado, temos de buscar formas para resolver essa situação. O Estado não pode só fazer política, gerar e cobrar impostos altos. Temos de ter, no nosso país, uma reforma tributária séria, mas até então sabemos que as empresas que ali estão instaladas, aquelas pessoas que acreditaram e investiram num negócio agora precisam ter o respaldo do Estado para que possam tomar as medidas que são viáveis e enfrentar esse momento, que é sério e de crise econômica. Se essa decisão já foi tomada, presidente, foi porque não estão encontrando outras situações de competitividade. Hoje o nosso aço é mais caro para ser produzido do que o aço que está chegando ao Brasil, da China. O minério vai para a China e, quando retorna, volta com o aço mais barato. Isso ocorre nacionalmente. Temos de encontrar medidas para que realmente possamos cercar as nossas empresas que estão instaladas aqui há anos. Caso contrário, vamos perder mais empresas e outras mais vão fechar.

O deputado Dirceu Ribeiro (em aparte)* - Minha cara, deputada, quero agradecer-lhe por esta oportunidade e, ao mesmo tempo, parabenizá-la por sua fala.

O momento é importante para o Brasil e para Minas Gerais. Em Minas também estamos tomando todas as medidas necessárias para fortalecer o nosso polo moveleiro. V. Exa. foi muito feliz pedindo o apoio de todos e também prestando bastante atenção nos pronunciamentos aqui, principalmente o do nosso colega deputado Bosco, que falou sobre a reunião da Fiemg em que nosso governador, Fernando Pimentel, preocupado com as nossas indústrias e com o nosso estado, faz um projeto em defesa das indústrias do Estado de Minas Gerais.

Quero aproveitar esta oportunidade para dizer a todos e a V. Exa. que estamos insistindo num assunto que incomoda muito e tem tomado conta da nossa agenda parlamentar. Na verdade, o que tem acontecido é que estamos o tempo todo serrando serragem. Ainda hoje os servidores atingidos pela inconstitucionalidade da Lei 100 continuam em um limbo administrativo que só tem causado aflição e desesperança.

No intuito de contribuir para a discussão, enviei ao líder do governo, deputado Durval Ângelo, ao líder da Maioria, deputado Rogério Correia, ao presidente da Comissão de Educação, nosso companheiro deputado Paulo Lamac, uma sugestão.

Para alegria nossa e dos professores, dos serventes e dos cantineiros, essa sugestão está sendo analisada. Pretendo, neste momento, pedir à secretaria-geral que remeta uma cópia a todos os nossos colegas para que possamos juntos aprimorar, aperfeiçoar essa sugestão e dar um fim ao problema, à aflição dos 59 mil funcionários que aguardam uma solução. Posso dizer, com muita alegria, que nossa sugestão está sendo acatada e melhorada pelo governo para esclarecer e pôr ponto final nesse problema que atinge todos nós.

Peço à Mesa que transmita e distribua aos colegas nosso requerimento. Informo ainda que trata de matéria de lei complementar, de competência privativa do governo do Estado. Por intermédio do líder da Maioria e do líder do governo, a sugestão já foi encaminhada aos setores competentes para análise e para o bem de todos nós.

Agradeço o aparte a V. Exa. A senhora tem, como nós, a mesma preocupação, a preocupação com o ser humano, a preocupação com quem trabalhou e está em uma situação aflitiva que perdura há muitos anos. Isso aconteceu com a Lei nº 100/2007, que precisa de uma solução de todos. Muito obrigado.

A deputada Rosângela Reis* - Deputado Dirceu Ribeiro, quero parabenizá-lo por sua luta pela educação e pelos trabalhadores da LC nº 100.

O deputado Rogério Correia (em aparte) - Obrigado, deputada Rosângela Reis. Primeiramente quero parabenizá-la por abordar o tema do desenvolvimento no nosso Vale do Aço. Realmente, com a situação de crise que atinge o País, com essa crise internacional, essa região merece atenção especial, como V. Exa. faz aqui. Essa atenção especial será fortalecida com a criação dos fóruns regionais de governo, pois prefeitos, deputados, vereadores, entidades do patronato e dos trabalhadores poderão discutir e desenvolver regionalizações e desenvolvimento para essas regiões do Estado, que, com certeza, merecem um olhar especial.

Quero aproveitar o que foi dito pelo nosso deputado Dirceu para fazer um chamado aos professores. Segunda-feira, na parte da manhã, a partir das 9 horas, está marcada reunião na Comissão de Justiça para iniciar apreciação do projeto de lei de reajuste, de aumento que estabelece o piso salarial dos professores pela jornada de 24 horas semanais. Esse acordo foi assinado entre o governador Fernando Pimentel e o Sind-UTE, por intermédio da Prof. Beatriz Cerqueira. A partir de 9 horas, na segunda-feira, inicia-se o trâmite desse projeto na Comissão de Justiça.

Quero fazer um chamado aos professores. Quem sabe, se não houver nenhum impedimento por parte dos deputados, possamos votar o projeto dos professores na terça-feira? Conclamo os deputados e as deputadas para que isso possa acontecer, deputada Rosângela Reis, rapidamente, no mês de junho, para que, nesse mês ainda, os professores recebam o reajuste que se inicia para o piso salarial. V. Exa. sabe que o piso foi conquista dos professores, conquista difícil de ser conseguida. Outros estados estão em greve há muitos dias, como São Paulo e Paraná, mas aqui desenvolvemos o estabelecimento desse piso na mesa de negociação. Esperamos apoio do conjunto dos deputados, situação e oposição, para consolidar o piso da educação no Estado de Minas Gerais. Parabéns, deputada.

A deputada Rosângela Reis* - Obrigada, deputado Rogério Correia.

Sr. Presidente, para concluir meu pensamento, defendo que o governo atual tenha um programa para incentivar empresas a se instalarem no Estado de Minas Gerais, deputado Antônio Carlos Arantes. Defendo que o governo tenha também leis que amenizem esse arrocho tributário no Estado e que olhe por essas empresas, que há anos estão aqui instaladas. São empresas grandes, multinacionais e que estão fazendo um esforço para trabalharem o desenvolvimento e o crescimento da região. Acho que o Estado



hoje tem grande responsabilidade para realmente definir e trabalhar essa questão com leis mais seguras e que fechem mais o mercado do nosso país. Isso vem desde lá de cima até aqui em baixo, deputado Antônio Jorge, isso é para todos os governos. Muito obrigada.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Antônio Jorge* - Sr. Presidente, obrigado pela possibilidade do acordo. Deputado Glaycon Franco, fico muito agradecido pela tolerância e generosidade, em função das nossas agendas.

Ocupo a tribuna para me dirigir aos nobres pares e ao povo de Minas, por meio da TV Assembleia, e apresentar, a partir do nosso humilde trabalho, da nossa perspectiva e vivência como servidor público - são 30 anos de serviços -, do meu envolvimento com as causas políticas por meio do estabelecimento da política um contributo muito pequeno, com muita humildade. Mas quero externar aqui o nosso posicionamento para aquilo que infelizmente não está na nossa órbita de decisão neste momento, que são os descaminhos da reforma política, tão propalada, tão ansiada pela população brasileira e que infelizmente vai tomando contornos desastrosos, que envergonham a todos e que, principalmente, deputado Glaycon Franco, traem, mais uma vez, o senso comum, a opinião pública e a expectativa da nação brasileira.

Nesse caldo de descaminhos, está sobrando para todo mundo, vai atingir a todos. Não há sobreviventes na frustração que vai sobrar para a população brasileira. O que se dirá do Congresso Nacional pós-1988, tão importante em seu papel de resistência nas lutas democráticas? Mas será, sim, o nosso Congresso a primeira vítima, talvez de uma forma irrecuperável, pela traição à expectativa da nação brasileira. A pluralidade de opiniões deve ser respeitada, mas existem muitas incoerências, com posições históricas. Não vou entrar em debates sofisticados, mas naquilo que está hoje na alça de mira da população brasileira, que era mitigar essa cultura de corrupção que existe no País, por meio do aperfeiçoamento da máquina partidária, da máquina política, da máquina eleitoral.

Começamos pelo distritão. Acho impressionante a dubiedade dos partidos políticos. Alguns liberaram suas bancadas para votarem um assunto que significa - ou significou, esse está vencido, felizmente - a extinção dos partidos. Como pode haver política representativa sem partidos fortalecidos? Todos se queixam, deputado Rogério Correia, da fragilidade da vida partidária brasileira, das incoerências, da fidelidade, mas muitas bancadas autorizaram o voto livre, de consciência, para um assunto tão crítico para a nação brasileira.

Distritão significaria uma lista de CPF, nenhuma coerência. Por que lutar pelo meu partido? Não dependo de chapa, não dependo de composições, não tenho compromisso com nada a não ser com minha eleição e meu CPF. Essa foi derrubada, mas não avançamos. Derrubamos o distritão para ficar no mesmo lugar, em um sistema que também tem problemas. A despeito de todas as evidências da maturação dos sistemas políticos democráticos da Europa e de vários continentes, que mostram o acerto do sistema misto, das representações locais e distritais, de lista fechada, o que fosse, mantivemos as mesmas mazelas de antes.

A questão do financiamento é muito mais grave, depois de tantos favores e constrangimentos. Ainda ontem fomos assolados por mais escândalos afetando a grande paixão nacional, o futebol, petrolão grassando, o recurso saindo em acordos políticos. E, pasmem, os acordos políticos escusos para desviar recursos da Nação têm na vida partidária o seu álibi. É lógico que a corrupção faz parte de desvios de caráter e da natureza humana, mas essa corrupção sistêmica a que assistimos tem como álibi a questão partidária. E o nosso Congresso, em desacordo com as evidências e o senso comum, diz que não, é absolutamente correto continuar recebendo recursos de empresas. Empresas, meus amigos e telespectadores, que toda nação brasileira sabe, não doam nada, investem. Todos nós somos coadjuvantes de um sistema que reconhecemos defeituoso, e tivemos oportunidade de corrigi-lo. Nós, menos. Deputado João Leite, as assembleias têm tão poucas prerrogativas para legislar sobre esse assunto, mas a Nação teve uma chance e não o fez.

Falo com muito orgulho e felicidade da posição do meu pequeno partido, correto e decente, coerente, de visões corretas. Votamos contra o distritão, o PPS defendeu o financiamento exclusivamente, se privado, da pessoa física com limites revistos. Minha opinião e do meu partido é que 10% da receita bruta ainda é muita coisa para participar das campanhas políticas, mas fomos derrotados. E o financiamento privado de empresa voltou de uma forma pior, usando os partidos como biombo para não criar vínculo entre o doador e o político. Para aqueles que, como eu, têm na vida pública uma profissão de fé, quase um vaticínio em função da minha vida de servidor público, foi um absurdo, um desencanto pessoal. Diria que o meu humor desta noite, de amanhã e dos próximos dias será muito afetado, assim como minha expectativa com minha vida política.

Acho até que nós devemos, por dever de coerência e responsabilidade com as pessoas e eleitores, sobrepor os descaminhos da reforma política. Eu estou assumindo que me portarei na próxima eleição, se assim meu destino indicar, uma reeleição ou eleição majoritária na minha cidade, não aceitando recursos de empresas. Já que não aprovam, vamos nos portar assim. Faço um convite a todos que concordam com nossa posição para que, na sua vida pessoal, política e partidária, assumam compromissos frustrados da reforma, já que não estamos impedidos de nos portarmos dessa forma.

Vou manifestar aqui para as mulheres que estão no Plenário, às deputadas, a minha defesa, concordância de que os saltos civilizatórios muitas vezes se dão com o sobrestamento de induções legislativas, de guerras, de lutas políticas, mas, no caso da representação das mulheres, tão fundamental, o PPS defende, lá e aqui, qualquer PEC que coloque uma cota para o crescimento da presença das mulheres entre os parlamentares como condição fundamental da pluralidade, para as perspectivas de gênero terem um tratamento correto. Não discriminatório, não de favorecimento, mas de uma presença de um viés, de um conteúdo de personalidade, de posições perante a vida que contribuem demais para a política. E temos visto isso no País, mas precisamos avançar mais.

Queria dizer que o PPS está trabalhando em propostas de que tenhamos regramentos para que as eleições deixem de ser esse campeonato desregrado e absurdo de gastos. E precisa? Há soluções singelas para isso, deputado Nozinho: vamos acabar com todas essas mídias, vamos acabar com as campanhas de Hollywood, em que marqueteiros elegem as pessoas. Se vai disputar a campanha majoritária, no cenário da própria Justiça Eleitoral, o candidato vá lá e fale. Não precisa de truques, de marketing, de campanhas bonitas, de gente com a dentição perfeita, cantando músicas maravilhosas. O que precisamos é de conteúdo. Para convencer as pessoas, o necessário é ter cérebro, encéfalo, garganta para falar ou faculdade para escrever ou sinalizar, enfim, se comunicar. Vamos gerar igualdade de competição. Vamos acabar com esse tanto de outdoors, carros de som e toda essa papagaiada, com as famosas equipes de panfletagem. Tudo isso tem de ser coibido. Do contrário, mesmo que se mude o modelo de financiamento, vai continuar a



pressão pelo gasto. Somos vítimas das campanhas absurdas e milionárias, que trazem para o cenário da disputa ideológica a competição econômica. Essa é a nossa chance de modificação desse *status*.

Portanto, falo com muita angústia e me dirijo aos mineiros e mineiras com muita frustração pelo que estamos vivendo e pela forma como estamos envergonhando a população. Estou falando em nós, estou me incluindo porque sou da classe política. Não estou no Congresso, mas sou da classe política, e me envergonha esse *status* da oportunidade perdida. Não há saída. A política tem problemas demais, mas ela só se conserta pela política. Então, se ela só se conserta pela política, não há alternativa: serão os políticos os protagonistas da mudança. Espero que ainda tenhamos tempo para corrigir esse descaminho horroroso que vemos ser tomado na oportunidade da reforma política.

O deputado Rogério Correia (em aparte) - Quero parabenizar o deputado Antônio Jorge dizendo que concordo em gênero, número e grau com o que ele diz, especialmente em relação ao financiamento de campanha. Nossos partidos, PT e PPS, votaram de forma parecida no conjunto da reforma. Mas esse ponto talvez seja o ponto central. Melhor dizendo, ele é o ponto central: como fazer o financiamento das campanhas?

Há mais de um ano, no STF, o ministro Gilmar Mendes recolheu para si e engavetou uma decisão que revogava a possibilidade de financiamento de empresas. Essa decisão foi tomada pela maioria dos ministros do Supremo, no entendimento de que a Constituição não o permite. Portanto, o dia de ontem foi triste porque os deputados federais, em sua maioria, correram para evitar que a derrota no STF se dê em relação a esse ponto. Passam na frente da decisão do Gilmar Mendes, que até hoje não entregou o processo de que pediu vista, repito, há mais de um ano. Com isso, os deputados federais, em sua maioria, esperam fazer com que prevaleça na Constituição, na Carta Magna, o sistema de financiamento de empresas. Seria a privatização, por meio da Constituição, do sistema eleitoral brasileiro. Isso depois de todos esses escândalos que não são de um ou de dois partidos, mas problemas gerais do nosso país que precisam de correção.

V. Exa. tem plena razão. Mas ainda não desisti. Mais otimista um pouco, eu diria a V. Exa. que ainda temos um turno a ser votado na Câmara Federal e dois turnos no Senado.

O deputado Antônio Jorge* - Só se a população se mobilizar muito, deputado.

O deputado Rogério Correia (em aparte) - É exatamente esse o apelo que eu faria: a população precisa se mobilizar em torno disso porque isso é essencial para modificarmos o sistema eleitoral brasileiro.

O deputado Antônio Jorge* - Agradeço muitíssimo o aparte, mas dispomos de um tempo muito limitado e ainda queria estendê-lo para conceder alguns segundos aos deputados João Leite e João Vítor Xavier.

O deputado João Leite (em aparte) - Serei rápido, deputado. Concordo plenamente com a análise de V. Exa. Imagine que a campanha deste ano para governador do Estado de Minas Gerais ainda não acabou: ao final apareceram R\$10.000.000,00 na campanha do governador Pimentel.

O procurador federal, Patrick Salgado, pediu a cassação de Pimentel; ele mesmo, que recebia 2 milhões de consultorias da Fiemg. É interessante o que está escrito aqui. Uma das empresas que ele atendia se chamava Convap e, logo depois que ele fez essa consultoria, a Convap assinou com a Prefeitura de Belo Horizonte - o Sr. Murilo Valadares era o secretário de Obras de Belo Horizonte - uma obra de R\$95.000.000,00. É interessante o que as pessoas com as quais o Sr. Pimentel deveria trabalhar na Fiemg dizem. Diz aqui um que tem o sobrenome Leão: "Pimentel? O Fernando Pimentel hoje ministro? Não, eu desconheço. Em 2009 eu estava aqui lidando com isso. Aqui, na área econômica, não teve participação efetiva dele trabalhando como consultor". O Fernandes diz: "Nunca participei de qualquer reunião. Estou sabendo dessa consultoria por você".

V. Exa. está correto. A campanha de Minas Gerais não acabou ainda, por causa de R\$10.000.000,00 que apareceram na campanha. Isso para ilustrar o que V. Exa. apresenta. Muito obrigado.

O deputado Antônio Jorge* - Vamos torcer para que este estado se modifique.

O deputado João Vítor Xavier (em aparte) - Eu agradeço muito, deputado. Quero apenas cumprimentar V. Exa. pelo alto nível do debate, do diálogo. Creio que é disso que precisamos não apenas nesta Casa, mas em todas as casas parlamentares do Brasil, de um debate do mais alto nível, um debate talvez menos partidarizado e mais intelectualizado para que consigamos avançar.

Mas eu me mostro um otimista por natureza. Eu acho que ao menos saímos da inércia. Está longe de ser a reforma ideal necessária, está longe de ser a reforma ideal possível que nós precisamos para mexer o Brasil. Mas saímos da inércia porque, nos últimos 12 anos, o governo federal teve uma ampla base aliada, inclusive com o advento do mensalão, que foi uma base comprada. E essa base aliada jamais fez um movimento numa reforma política, como não fez para reforma tributária, como não fez para reforma previdenciária, como não fez para reforma de nenhum tipo ou espécie no País.

Então eu lamento que a reforma política não seja a que gostaríamos, profunda, debatida, construída. Mas eu celebro que, depois de 12 anos de absoluta inércia, nós temos tido um mínimo movimento de reforma política.

O deputado Antônio Jorge* - Agradeço muito o aparte de V. Exa. Também agradeço muito a possibilidade de falar antes do deputado Glaycon Franco. Vamos torcer, vamos contribuir da melhor forma. Vamos torcer para que a medida do fim da reeleição não seja revertida, como foi a do financiamento privado, e principalmente torcer pela coincidência dos mandatos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Glaycon Franco - Sr. Presidente, demais deputados e deputadas presentes, distinto público que nos acompanha pelas galerias, boa tarde. Gostaria de cumprimentar aqui também o nosso público que nos acompanha pela TV Assembleia. Quero cumprimentar o meu querido amigo deputado Antônio Jorge, que, por sinal, fez um grande trabalho à frente da Secretaria de Saúde do Estado. Eu também faço coro em gênero, número e grau com V. Exa.

Sr. Presidente, hoje nós estamos ocupando esta tribuna para fazer alguns agradecimentos. Primeiro, para cumprimentar o governador Fernando Pimentel por esse marco histórico em relação à aprovação do Piso Nacional da Educação para nossos



professores no que se refere a essa luta antiga. E digo isso com toda a tranquilidade, por ser filho de professora e conhecer essa luta antiga, uma luta que não é de hoje.

Sabemos que é uma atitude corajosa, mas, deputado Sargento Rodrigues, eu não poderia deixar de dar aqui o meu testemunho como cidadão, como filho de uma professora.

Quero também cumprimentar o nosso governador pelos pleitos antigos da minha região do Alto Paraopeba e Vale do Piranga. Quando digo Alto do Paraopeba e Vale do Piranga, refiro-me também a Conselheiro Lafaiete, minha querida cidade natal. Tive a oportunidade de encaminhar vários pedidos de melhorias e avanços para a minha região. Graças a Deus vários desses encaminhamentos que fiz no governo passado estão caminhando a passos largos para que sejam efetivados. Falo em relação ao escritório regional de saúde e do DER em Conselheiro Lafaiete e à transformação do pelotão do Corpo de Bombeiros de Lafaiete e de Congonhas em companhia. Isso tudo está caminhando a passos largos.

Não poderia deixar de registrar o meu agradecimento ao governador Pimentel, aos seus secretários e ao nosso Cel. Gualberto, comandante do Corpo de Bombeiros, que conhece as dificuldades da unidade operacional de Conselheiro Lafaiete e, por meio do seu comandante, o Ten. Ronaldo, faz um belo trabalho e serviço, Sr. Presidente, para o povo do Alto Paraopeba e Vale do Piranga. Agora o governador deu essa autorização para transformar esses pelotões em companhias para continuarmos avançando nessas questões.

Deputados Rogério Correia e Sargento Rodrigues, grande batalhador por essas causas, quero dizer que ainda precisamos avançar em relação à taxa de incêndio. Esse é um pleito antigo que já me foi passado por alguns amigos, como o Ten. Ronaldo, do Corpo de Bombeiros. A lei da taxa de incêndio foi aprovada para o reequipamento das unidades operacionais do Corpo de Bombeiros e parte desse recurso, ou melhor, para ser mais preciso, 50% desses recursos ficam na cidade onde foram arrecadados. Isso não tem acontecido. Então, já estivemos reunidos com o secretário e o Cel. Gualberto. Vocês sabem do grande trabalho que é desenvolvido pelo Corpo de Bombeiros.

Portanto, é uma situação na qual precisamos avançar para reequiparmos essas unidades operacionais. Falo como testemunha do Alto Paraopeba do belo trabalho que o pelotão faz em Lafaiete. Tenho certeza de que o Cel. Gualberto está muito animado. Já estivemos com ele lá hoje. Avançaremos mais nessas questões. Agora, é um grande avanço para o Alto Paraopeba transformar o nosso pelotão em companhia e lá fazer um escritório regional de saúde. Lafaiete e o Alto Paraopeba não podem nem devem ficar reféns da cidade de Barbacena. Hoje Lafaiete tem a sua autonomia e riquezas. Precisamos, sim, redirecionar. O governador Pimentel está tendo sensibilidade com essa causa, que, aliás, não é minha, Rogério. Tenho 48 anos. Não é de hoje que venho nessa luta, acompanhando os políticos da minha região e brigando pelo escritório do DER, pela unidade integrada de uma UAI ou Risp, por um escritório regional do DER. Vocês conhecem muito bem a minha região. É uma cidade prestadora de serviço. O governador Pimentel está tendo esse compromisso com o Alto Paraopeba e o Vale do Piranga.

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte)* - Quero cumprimentá-lo parcialmente pela fala em relação ao Corpo de Bombeiros. Realmente é uma unidade de muito valor. Soldados do fogo, valorosos profissionais. Esta é a instituição mais querida do mundo. O Corpo de Bombeiros tem essa peculiaridade. Gostaria só que V. Exa. fizesse um apelo aqui ao deputado Rogério Correia, líder do bloco nesta Casa, porque, na Comissão de Segurança Pública, tive a oportunidade de visitar duas unidades do Corpo de Bombeiros. O secretário de Estado Helvécio Magalhães fez esse questionamento quando aqui esteve para discutir a lei orçamentária que votamos.

Hoje é dia 28 de maio, então, está terminando o quinto mês do atual governo. Nas duas visitas que fiz ao 3º Batalhão do Corpo de Bombeiros Militar, que cobre a grande parte da Região Metropolitana, e também ao 2º Batalhão do Corpo de Bombeiros de Contagem, vi que o governo sequer está repassando dinheiro de custeio. Dessa forma, está faltando dinheiro para comprar cloro para os bombeiros. Digo isso, deputado Glaycon Franco, porque estive na unidade com a comissão, fui ao depósito de material e me certifiquei disso com os dois comandantes do batalhão, que me disseram: "Olha, deputado, não repassaram centavo algum". Ora, não foi porque a lei que trata do orçamento não foi aprovada, porque a Lei Federal nº 4.320, que dá essas diretrizes, determina, ou melhor, traz o dispositivo autorizando todo e qualquer governo - seja estadual, municipal ou federal - a utilizar 80% do duodécimo, deputado Wander Borges. Ou seja, você tem uma previsão de orçamento, divide por 12, e 80% de cada parcela pode ser utilizada no custeio. É o óbvio, senão a máquina pública para, porque não houve a aprovação do orçamento. Então, mesmo o governo disponibilizando 80% de cada duodécimo, não se passou R\$0,01 para custeio.

Já que V. Exa. tocou nesse assunto, aproveite a oportunidade para fazer um apelo ao deputado Rogério Correia para que imprima uma cobrança maior. O próprio secretário Helvécio Magalhães disse que tem um carinho enorme pelo bombeiro. Quando ele foi secretário de Fernando Pimentel em Belo Horizonte, fez um grande programa com o Corpo de Bombeiros. Sendo assim, V. Exa. tem de tratar desse assunto. Aliás, V. Exa. deve fazer uma consulta ao pelotão de bombeiros de Lafaiete e de Barbacena, porque, em conversa com o COB, que é o Comando Operacional de Bombeiros, ele falou: "Deputado, está assim no Estado inteiro. Estamos sem dinheiro de custeio." E custeio não precisa aprovar orçamento. Parabéns a V. Exa.

O deputado Rogério Correia (em aparte) - Deputado, queria parabenizá-lo pelo pronunciamento e pelo cuidado de sempre com Minas Gerais inteira, em especial com Lafaiete, região do Alto Paraopeba. Parabenizo-o pelo excelente trabalho que desenvolve lá.

Dois assuntos me chamaram a atenção na abordagem de V. Exa. O primeiro deles se refere ao Corpo de Bombeiros, por quem todos nós temos um enorme carinho. O Corpo de Bombeiros talvez seja o organismo público que tem mais aceitação da sociedade de maneira geral, porque salva vidas e tem uma função reconhecida por todos. V. Exa. lembrou bem, a lei que criou a taxa de incêndio estabelecia obrigatoriedade. Por várias vezes fiz audiência pública para discutir o motivo de a taxa de incêndio não ir para o Corpo de Bombeiros, o motivo de grande parte dela ser destinada ao caixa único. Ela acabou se transformando em uma taxa para pagar ao servidor, ao policial bombeiro militar. Ora, não foi para isso que a taxa de incêndio foi criada. É um assunto sobre o qual V. Exa. está interessado e deve persistir para que isso não aconteça. Não sei se ainda está acontecendo, mas durante o governo passado aconteceu sempre. Talvez seja até uma dessas motivações para o seu serviço.



Em relação ao que o Sargento Rodrigues expôs, vamos todos prestar atenção a isso; se estiver faltando, será preciso cobrar do governo. Na verdade, a herança maldita é grande também, não é mesmo? Foram 12 anos de ações atrapalhadas, de déficit orçamentário, e fica difícil tomar conta de tudo em cinco meses. Mas, com certeza, o governador Fernando Pimentel está atento a isso.

Em relação à educação, Deputado Glaycon Franco, gostaria de lembrar que, segunda-feira, começaremos a votar o piso salarial. Já fiz a chamada dos deputados para que, na Comissão de Constituição e Justiça, consigamos aprová-lo. No entanto, esqueci-me de dizer, embora V. Exa. tenha feito isso, que se trata do projeto que vai possibilitar o pagamento do piso salarial na carreira, terminando com o subsídio. É o piso na carreira e por uma jornada de 24 horas-aula.

O deputado Glaycon Franco - E atendendo os inativos, o que era um anseio de todos nós.

O deputado Rogério Correia (em aparte) - Atendendo os inativos e todas as carreiras da educação.

Às vezes fico me perguntando como o governador teve coragem de propor esse acordo. Sei que os professores merecem até mais, mas, considerando-se o quadro de defasagem orçamentária em que o Estado ficou, de déficit, vemos que o governador deu prioridade à questão educacional. Tenho certeza de que a Assembleia Legislativa vai aprovar por unanimidade o projeto da educação. Se Deus quiser, vamos aprová-lo por unanimidade.

O deputado Glaycon Franco - Obrigado, deputado Rogério Correia.

Sr. Presidente, também não poderia deixar de cumprimentar a Mesa desta Casa pelo belo trabalho que vem desempenhando ao longo desses 100 dias. Gostaria de deixar aqui um forte abraço ao nosso presidente, deputado Adalclever Lopes, que, nesses 100 dias, tem feito um trabalho hercúleo e tem atendido os pleitos dos deputados nas comissões. Nunca vi tantas audiências públicas nesta Casa. Criamos a Comissão Especial de Proteção aos Animais e a Comissão Especial das Mulheres, e está para ser criada a comissão de proteção aos idosos. Então fica aqui o meu registro, deputado Ulysses Gomes, pelo belo trabalho que vem desenvolvendo à frente desta Casa, correspondendo aos anseios dos cidadãos mineiros, que confiam muito no trabalho da Assembleia.

Para terminar, Sr. Presidente, há duas questões que tratarei a posteriori. A questão do teatro amador em Minas, uma situação com a qual precisamos ter um carinho e um olhar mais atento. Vivencio isso de perto na minha região, Sr. Presidente. Por muitos e muitos anos o teatro amador ficou abandonado. Poucas cidades de Minas Gerais possuem um grupo de teatro amador. Sabemos que é uma categoria que luta com muita dificuldade. É uma classe que leva educação e cidadania às cidades pequenas, às cidades ribeirinhas, e quase sempre não tem apoio dos órgãos públicos. Digo isso com muita tranquilidade, porque, na minha querida cidade de Conselheiro Lafaiete, há o festival de artes cênicas - estamos caminhando para o 15º festival -, e eles lutam com toda a dificuldade, com o pires na mão, sem apoio dos governos. Isso precisa ser mudado.

Estou entrando com um requerimento na Comissão de Cultura. Está aqui o meu nobre amigo deputado Wander Borges, que tenho certeza que abraçará essa causa comigo, porque eles não têm apoio e têm dificuldade de captação de recursos, tanto junto à Lei Estadual de Incentivo à Cultura, quanto junto ao Fundo Estadual de Cultura. Então eles ficam à mercê da própria sorte. Poucos festivais recebem recursos. O que sabemos que recebe é o de Belo Horizonte, mas os grandes festivais do interior quase não têm apoio. Então faremos essa audiência e trataremos esse debate a esta Casa, porque eles fazem um belo trabalho e precisam ser assistidos. Quem sabe, deputado Wander Borges, podemos criar uma cota específica para atender esses festivais, esses grupos de teatro amador sediados no interior.

O deputado Wander Borges* - No orçamento do ano que vem.

O deputado Glaycon Franco - Exatamente. O deputado está lembrando do orçamento do ano que vem. Quem sabe, presidente, podemos apoiar a criação de uma entidade que congregue todos esses grupos de teatro amador do interior, porque eles estão abandonados à própria sorte. Então trataremos esse debate para esta Casa, e tenho certeza de que será abraçado por todos os nobres deputados.

Para finalizar, Sr. Presidente, outro tema que tem angustiando muito o povo mineiro, principalmente aqueles ligados às entidades, é a questão do marco regulatório das organizações da sociedade civil em relação às entidades filantrópicas e às entidades de sociedade civil. Agora há a Lei nº 13.019, de 2014, que muda as regras do jogo - só um minuto, deputado Wander Borges. Passará a três anos para poder receber recurso, haverá chamamento público. Isso está causando angústia. Essa lei valerá a partir deste ano? A partir do ano que vem? As entidades precisam ser esclarecidas em relação a esse assunto.

Então gostaria, presidente, que nos ajudasse a trazer um amplo debate dessa questão, para que essas entidades que fazem um grande e belo trabalho para o Estado de Minas Gerais saibam como participarão dessa nova situação.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Gustavo Corrêa - Exmo. Sr. Presidente, deputado Ulysses Gomes, e demais deputados presentes aqui em Plenário, nós, neste momento, começamos o processo de encaminhamento do o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 22.620/2015, de autoria do governador do Estado de Minas Gerais. Gostaria de alertar às senhoras e aos senhores que se trata de projeto que dispõe sobre a organização básica da estrutura da administração pública do Poder Executivo do Estado e a lei delegada, que dispõe sobre a estrutura orgânica da administração do nosso estado.

Na justificativa, o governador faz questão de alegar que vetou o projeto porque não havia interesse público no aumento de custo no Estado. Deputado João Leite, V. Exa. falou desta tribuna na tarde de ontem e mostrou sobretudo a incoerência do atual governo. Pela primeira vez na história de Minas Gerais, o próprio governador veta o seu projeto. Mineiros e mineiras, público presente nas galerias, até este exato momento, este parlamentar não conseguiu entender como o governador fez isso. Para os que não conhecem os trâmites do processo legislativo, explico que seria como este parlamentar apresentar um projeto por acreditar estar propondo algo de bom para a sociedade e, de repente, da noite para o dia, depois da votação em Plenário, considerar que a proposta não é boa mais. Isso demonstraria falta de coerência da minha parte ou falta de planejamento da minha assessoria ao encaminhar o projeto. Portanto, gostaria que o governador explicasse - não da forma como fez, porque agora mostrarei que não é a verdade - como vetou o seu próprio projeto. Se foi devido à incompetência da sua assessoria ou à falta de planejamento ou desconhecimento de causa. Ele fez questão de dizer que vetaria o projeto porque gerava aumento de gastos no Estado. Isso foi algo em que a oposição sempre bateu aqui durante a



votação da referida reforma. Os cargos que estavam sendo criados aumentariam o gasto da máquina pública com seus companheiros e aliados políticos. É praxe nesse governo criar cargos para alocar companheiros de diversos partidos. Para obter apoio político, ele negocia cargos, emendas e outras coisas mais. A oposição estava certa mais uma vez. Quando o projeto chegou aqui, apresentava realmente aumento de gasto da máquina pública.

O que mais me causa estranheza, deputado Gustavo Valadares, é que o governador de Minas Gerais, Fernando da Dilma, Pimentel do Vaccari, do PT, anunciou, alto e bom som, não apenas aos mineiros, mas sobretudo aos brasileiros - e, diga-se de passagem, tem gastado bom dinheiro com propaganda em horário nobre da televisão - que pegou um Estado quebrado, deficitário. Na tarde de ontem, o seu secretário de Fazenda, Sr. José Afonso Bicalho, em razão de cumprimento de lei, convocou entrevista coletiva para anunciar o resultado fiscal do Estado no primeiro quadrimestre de 2015. Para minha surpresa, o referido secretário apresentou um superávit de mais de R\$2.300.000.000,00. Então, o Estado estava quebrado, não tinha condições de investimento e, em quatro meses, o governador conseguiu suprir todas as despesas e fazer com que houvesse superávit. Para minha surpresa maior, deputado Wander Borges, o atual governo gastou mais com pessoal do que o governo passado no quadrimestre de 2014.

Isso causa uma certa preocupação a este parlamentar, até porque, como bom cidadão que sou, espero que os atuais governantes não venham a ter problemas com o Tribunal de Contas e outras coisas mais. Sabemos, deputado João Leite, que o Estado já se encontra quase no limite do endividamento, sobretudo gasto com pessoal. O governador tem prometido, aos quatro cantos, que fará um grande reajuste aos servidores da educação. Não vamos entrar no mérito se é justo ou não, até porque tenho certeza de que todos nós aqui entendemos que os servidores da educação têm de ser bem remunerados, têm de ser tratados de uma forma adequada, assim como os servidores da segurança pública, deputado Sargento Rodrigues, que merecem também ter um salário digno na sua profissão. Da mesma forma, os servidores da saúde precisam ser bem remunerados para cuidarem das pessoas nos momentos de mais necessidade. Com certeza, da forma que o governador propôs o aumento que chegará a esta Casa aos servidores da educação, vai estourar o limite previsto em lei. Aí este parlamentar indaga do secretário de Fazenda como o governo vai fazer para governar, porque, a partir do momento em que você estoura os limites legais, inviabiliza o Estado de obter financiamento junto a órgãos de fomento nacionais e até internacionais; e também se o mineiro ficará sem investimento algum no Estado; se ele vai se preocupar apenas em pagar os servidores públicos para agradar determinada categoria e preferir outras tantas.

Então causa estranheza e mostra, mais uma vez, a incoerência deste governo. Ele afirma, há muitos meses, que pegou um Estado deficitário. Em quatro meses, o atual secretário já fez uma mágica que não consigo entender. Em suas próprias palavras, há alguns questionamentos que o deputado João Leite me lembra muito bem. O Banco Central, como dito ontem à tarde aqui, nesta tribuna, afirmou e publicou que o Estado de Minas Gerais, entre todos os estados da Federação, foi o que teve o maior superávit entre os entes federados. Então gostaria, mais uma vez, que o secretário de Fazenda, e da mesma forma o governador, respondessem aos meus questionamentos. Mais do que isso, vou pegar apenas um ponto, deputado João Leite. O secretário afirmou que o ICMS do Estado caiu nesse quadrimestre, com certeza fruto da política econômica do então ministro Fernando Pimentel, que fez questão de tirar várias indústrias de Minas Gerais para levarem para outros Estados. Consequentemente, Minas acabou tendo uma queda de receita nesse quadrimestre, em função das ações que foram implementadas no passado. Então o ICMS do Estado caiu, e a receita acabou aumentando do outro lado. Então quero entender como funcionou essa conta. Mais do que isso, se o atual governo vai ficar aqui, repito, os quatro anos, apenas pagando os salários dos servidores. Espero, deputado João Leite, que não voltem as escalas, como era há uns anos. Havia cinco, seis, sete. É claro que, se ocorrer isso no Estado de Minas Gerais, na primeira escala serão contemplados os companheiros, os aliados políticos que têm um cargo de chefia maior.

Então quero saber exatamente do atual governo essa questão. É por essas e outras razões que este parlamentar votará contra o veto do governador, para que ele implemente tudo aquilo que previu no encaminhamento da reforma administrativa no início de fevereiro, presidente. Queria apenas solicitar depois que o secretário e o governador respondessem ao meu questionamento.

O deputado Gustavo Valadares* - Deputado Ulysses Gomes, que hora para presidir uma reunião. Na pessoa de V. Exa., quero cumprimentar os membros da Mesa, os demais deputados presentes no Plenário e as senhoras e os senhores presentes às galerias.

São tantos assuntos! O PT nos brinda com várias opções de discurso na tarde de hoje. Estou pronto, deputado Wander Borges, para falar a respeito dos repasses para a educação. Vamos comparar o primeiro quadrimestre de 2014 com o primeiro quadrimestre de 2015 ou - vamos ser mais claros e mais objetivos - o primeiro quadrimestre da educação com o PSDB e o primeiro quadrimestre da educação com o PT. Enquanto gastamos no primeiro quadrimestre do ano passado R\$502.000.000,00 com a educação em Minas, o PT gastou este ano R\$100.000.000,00. Gastamos R\$500.000.000,00. O PT gastou R\$100.000.000,00, mas vou deixar esse assunto para depois. Temos quatro anos para tratar desses assuntos.

Deputado Wander Borges, poderíamos falar da viagem de helicóptero do governador no último domingo, do passeio, que foi quase uma carreata. Como é chamada carreata de helicóptero? O governador e a primeira-dama estavam no helicóptero do governo; foram passear no Museu do Inhotim. Em um outro helicóptero atrás, fazendo escolta, estavam o presidente da Cemig e sua primeira-dama. Eles seguiram juntamente com o governador para um passeio no Inhotim. Eram dois helicópteros do governo, com duas pessoas em cada uma delas. Em uma estavam o governador e a primeira-dama, no outro, o presidente da Cemig e sua primeira-dama. O mais importante é... A pedido do meu presidente, deputado Sargento Rodrigues, não vou falar da viagem em um domingo para o Inhotim. Vou falar do que o deputado Gustavo Corrêa abordou.

Para que a população entenda, para que os colegas que nos acompanham das galerias possam entender, estamos encaminhando votação de um projeto que foi redigido pelo governador e vetado por ele. As senhoras e os senhores podem pensar o seguinte: "Não, esse projeto foi modificado na Assembleia. Ele está sendo vetado porque os deputados da oposição, de maneira irresponsável, emendaram o projeto criando uma secretaria a mais, mas no momento de vacas magras, de pouco dinheiro, de dificuldades financeiras e orçamentárias o governo não pode aceitar". Senhoras e senhores, não foi isso que aconteceu. De forma muito clara, o governador assumiu o mandato no dia 1º/1/2015 dizendo que não teria dinheiro para pagar a folha de pagamento no dia 5 de janeiro. A folha custa aproximadamente R\$2.200.000.000,00.



Sáimos todos correndo - cada um estava em um canto - e viemos nós, da oposição, para uma coletiva aqui. Apresentamos as contas do governo do Estado, dos bancos, como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica - não me lembro quais os outros bancos -, que somavam mais de R\$3.000.000.000,00 em caixa. Demos a coletiva na parte da manhã, e, na parte da tarde, o secretário da Fazenda, em um passe de mágica, arrumou os R\$2.200.000.000,00 para pagar o funcionalismo. O homem é uma máquina para fazer dinheiro. Mas estavam se dizendo apertados. Diziam que o Estado estava muito apertado, que havia um déficit de R\$7.000.000.000,00.

Mas encaminharam a esta Casa, com regime de urgência, em janeiro, um projeto de lei de reforma administrativa. Qual seria a reforma administrativa dos sonhos da população mineira? Ora, se estamos apertados, se estamos sem dinheiro, o governador, pela sensibilidade que tem - "bom de serviço" era seu slogan quando candidato a prefeito de Belo Horizonte -, bom de serviço que é, vai enxugar a máquina. Temos 17 secretarias de Estado, então ele vai diminuir para umas 12, 10. Mas não, ele aumentou para 21. Entre as quatro que ele aumentou - saindo de 17 e indo para 21 -, criou uma secretaria chamada Secretaria de Recursos Humanos.

Entre as quatro criadas, essa foi aquela em que a atual situação, em que o PT e seus aliados aqui nesta Casa - e não são poucos os aliados, são muitos os aliados aqui neste mandato - fincaram bandeira e disseram: "Essa é a bandeira que temos de usar para defender essa reforma administrativa". Está-se criando uma secretaria de recursos humanos para manter o que nunca aconteceu durante os governos tucanos e dos partidos aliados ao PSDB, uma interlocução constante, permanente, com sindicatos do funcionalismo público, com o funcionalismo de uma maneira geral. "É o momento de valorizarmos o encontro do governo estadual para com seus funcionários", esse era o discurso, essa era a principal bandeira. Nunca antes na história deste estado, parafraseando Lula, ex-presidente da República, de quem não temos nenhuma saudade, haviam criado uma secretaria especial para atendimento dos servidores públicos estaduais. Virou uma festa. Aquilo contagiou os servidores de maneira generalizada, de todas as áreas, da educação, da saúde, da segurança, da agricultura, do esporte. Todo mundo ficou satisfeito. "Temos uma secretaria e teremos um secretário que fará conosco uma interlocução constante". Todos satisfeitos.

O PT aprovou esse projeto aqui na Casa, com nosso voto contrário. A oposição votou contra porque, se estavam com um discurso de que a máquina tinha pouco dinheiro, que o Estado estava apertado, era hora de enxugar a máquina, e não de gastar mais. Mas eles aprovaram. Para nossa surpresa o governador vetou essa secretaria, mas não vetou as outras três criadas. Então, aumentamos de 17 para 20 secretarias. Ele sancionou. Temos hoje 20 secretarias no Estado, mas ele cortou a 21ª, a tão sonhada secretaria de recursos humanos. Acabou com o sonho dos servidores públicos do Estado que queriam essa interlocução constante e permanente.

Disse o deputado Gustavo Corrêa: num passe de mágica, eles agora, mesmo com o Estado apertado... Ontem tivemos mais uma boa notícia. Eles foram obrigados - aquilo não foi um favor, não foi uma gentileza do secretário de Fazenda -, por lei, a prestar contas dos quadrimestres do exercício financeiro. Prestaram ontem contas do primeiro quadrimestre de 2015. Para nossa surpresa, o que eles propagavam e ainda estão propagando... Anteontem eu estava vendo no horário nobre da TV a propaganda do governo do PT dizendo que Minas tinha um déficit de 7 bilhões - até a noite de terça-feira estava passando. Ontem o secretário, nessa prestação de contas do quadrimestre, disse que temos um superávit receita-despesa de quase R\$1.000.000.000,00, não me lembro quanto. Quer dizer, em quatro meses sumiram os 7 bilhões de dívida e apareceu quase 1 bilhão de superávit. Maravilha, coisa de outro mundo, num passe de mágica.

Minha gente - tenho 1 minuto ainda -, esse é o PT. Mentem porque têm projeto de poder e não têm projeto de governo. O principal para casa dado a Fernando Pimentel quando venceu as eleições em Minas pelo seu partido, na esfera nacional, era ou é desconstruir a imagem do ex-governador Aécio Neves, bom gestor, aquele que transformou Minas numa referência administrativa para o mundo inteiro - ele é reconhecido mundo afora como excepcional gestor público. Esse era o primeiro para casa do PT. Pimentel tentou e vem tentando de todas as formas, usando todas as armas que tem, até o nosso dinheiro, o dinheiro do cidadão mineiro, para custear a mentira, essa propaganda mentirosa que está na TV dizendo que tem déficit de 7 bilhões. Só que a verdade sempre prevalece e ela sempre virá à tona. Ontem, por força de lei, o secretário de Fazenda teve - já estou terminando, presidente - de prestar contas do primeiro quadrimestre, e a mentira veio abaixo. Minas tem, sim, excepcional situação financeira e econômica.

Não fosse isso, estaríamos aqui na semana que vem discutindo o projeto de lei dos servidores da educação. Mas, fazendo um alerta, queremos o tratamento dado aos servidores da educação - excepcional tratamento, é bom que se diga, dado por esse governo ao setor da educação -, a todos os setores, a todas as classes de funcionários e servidores do Estado de Minas Gerais. O mesmo tratamento dado à educação, queremos para os servidores da saúde, da segurança, da secretaria de obras, da agricultura e das 20 secretarias por eles criadas e agora administradas. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O deputado João Leite - Sr. Presidente, deputados, vamos encaminhar, quero votar contra o veto do governador Pimentel. Mas é interessante. Sei que a orientação dos líderes Gustavo Corrêa e Gustavo Valadares é para votar pela manutenção do veto. É coerente, porque essa é a maneira do nosso grupo de partidos que governou Minas Gerais de gastar menos com a máquina e mais com a população. Não ter uma máquina muito inchada, muitas secretarias, para termos recursos para investir na segurança, na saúde, na educação.

São interessantes os números da educação, e o deputado Gustavo Valadares teve muito cuidado ao apresentá-los, e sei que teve ajuda da nossa assessoria, da Luisa Barreto, muito competente, do Sabino Fleury, do Caixeta e do José Alberto, todos que compõem a assessoria do nosso bloco. Mas é importante dizer que nesses últimos 10 anos cresceu em 185% o investimento do governo do Estado na educação, enquanto o IPCA foi de 80%. Mas os números que o deputado Gustavo Valadares trouxe são interessantes para nessa série histórica acompanhar quanto, efetivamente, esse governo investirá na educação. Já temos, lamentavelmente, um fiasco nacional com a chamada Pátria Educadora, no momento em que o governo corta o Fies, corta todas as possibilidades dos nossos jovens estudantes, e ao mesmo tempo lança só uma propaganda, um esqueleto, uma propaganda que fala em Pátria Educadora.

Mas concordo também com o que foi feito durante todos esses anos, um Estado enxuto, uma máquina enxuta, para termos dinheiro para investir em políticas públicas fundamentais. Não tem sido essa a prática dos governos do PT. Podemos ver pela entrada do governo, e por esse projeto que agora se transformou em veto. Temos a criação de mais secretarias.



Quero falar para você, contribuinte de Minas Gerais, pagador de impostos de Minas Gerais, que está ficando caro para você. O governador Pimentel criou mais secretarias, mais órgãos. E é interessante, porque se virmos o parecer do relator da matéria quando foi encaminhado para a Assembleia, ele diz que pela primeira vez na história de Minas Gerais um governador cria uma secretaria para atender o servidor público. E o que faz o governador? Veta essa secretaria que criou. Dizem que é pela primeira vez. Eles gostam muito desse superlativo, deste espetacular: “Nunca antes na história de Minas Gerais, nunca antes na história do Brasil”. Quando ouvirem isso, é propaganda só, não é mais nada, é o “enganation”, e o “enrolation” para cima da população de Minas Gerais.

Esse negócio de muito superlativo... Lembram quando veio a crise, e o Lula falou que era uma marolinha? Marolinha para ele que está vendo de cima para baixo, com todas as condições. Ele tem avião, tem segurança.

Mas, para a população, que está sofrendo e querendo emprego - estamos vendo filas de 5 mil pessoas querendo emprego -, não é marolinha, não, seu Lula; é tsunami em cima da população mais pobre. Vejam como estão sofrendo os trabalhadores da construção civil!

Então, a prática do PT e do Sr. Fernando Pimentel é de fato muito diferente da nossa. O Sr. Fernando Pimentel foi prefeito de Belo Horizonte, e em uma de suas propagandas - eles gostam de propaganda - dizia-se que ele era o 8º melhor prefeito do mundo. Ninguém sabe onde se fez essa votação, mas eles gostam dessas coisas, das coisas mais espetaculares e bombásticas. O Sr. Pimentel, quando prefeito, governava Belo Horizonte com 65 secretarias. Isso é que é superlativo, hein? Um prefeito que tinha 65 secretários! Mas o belo-horizontino pagou essa conta, que lhe custou caro. Durante os 20 anos de PT em Belo Horizonte não se fez uma obra na cidade, porque o gasto era todo com a companheirada, com esse número enorme de secretarias.

Por tudo isso, vou discordar do veto do governador. Fiquei muito convencido com o relatório do deputado Rogério Correia, que disse que pela primeira vez um governo criou uma secretaria para o servidor público. Isso não se viu nunca antes na história de Minas Gerais; nunca antes na história o servidor público foi atendido. Estou convencido de que ele está correto, portanto, é claro, vou votar pela derrubada do veto do governador Pimentel. Talvez apenas eu vá votar assim, porque sei que a oposição nesta Casa não quer mais secretarias, porque elas vão custar muito para a população. Faz sentido. Nesta semana, recebi mais uma conta de luz e vi que 50% dela são impostos. Da mesma forma, 50% da sua conta de luz são impostos. É por isso que o governo anunciou um déficit inexistente: porque ele está metendo a mão no seu bolso; está tirando do seu bolso ao cobrar esse imposto caro na energia elétrica, que já está no quarto aumento. E você está pagando a conta! Está pagando a conta para toda essa companheirada que o Pimentel trouxe para o governo.

Então, quero dizer que é você que está bancando essa festa do PT. É você que está bancando o encontro de helicópteros. Já vi encontro de tudo: de carros antigos, dos ferroviários, de que gosto muito, e outros. Mas pela primeira vez na história vimos o encontro dos helicópteros. Os helicópteros se encontraram no Inhotim. Algumas pessoas chegaram a achar que era mais um monumento, ou melhor, mais uma arte do Inhotim, que tem várias obras apresentadas a céu aberto. Então, quando viram aqueles dois helicópteros, julgaram que eram novas exposições do Inhotim. Mas era apenas o encontro dos helicópteros. E quem pagou o encontro dos helicópteros? Você. Você que está me assistindo. Isso está na sua conta de luz, no biscoito que você comprou para o seu filho, no ICMS que está sendo arrecadado e que você está pagando. Enquanto isso, eles estão passeando de helicóptero. É a esquerda caviar, o crême de la crême. Eles gostam de falar dos trabalhadores...

Os deputados Durval Ângelo e Bonifácio Mourão estão me avisando que ainda vão falar, mas continuo no encontro do helicópteros, quando o helicópteros se encontraram no Inhotim.

Imaginem quanto custa o combustível desse helicóptero! Entraram o governador, a primeira-dama, e esse helicóptero começou a tá-tá-tá-tá. Chegou em Brumadinho, desceu e, de repente, chega outro helicóptero, onde estava o presidente da Cemig com a mulher. Eles foram almoçar no Inhotim, e você pagando a conta, a conta do almoço, a conta do helicóptero. Eles dizem que eles são dos pobres: nós defendemos os trabalhadores, nós defendemos os pobres. Mas, quando vamos ver, realmente, o que eles fazem é gastar o dinheiro do pobre. O que eles fazem é andar de helicóptero, sobrevoando. Enquanto o pobre está pendurado no ônibus, eles estão de helicóptero; enquanto o pobre está fazendo seu mexidão, eles vão almoçar de helicóptero lá em Inhotim. Um encontro de helicópteros.

Ah, é o máximo; chegamos ao máximo. Eu havia visto isso só quando era jogador de futebol, lá na Cortina de Ferro. Quando fui jogar na Romênia, na Iugoslávia, havia isso lá. Nicolau Ceausescu tinha helicóptero. Havia aquela fila no supermercado para comprar papel higiênico, como na Venezuela. Eles estão conseguindo transformar o Brasil e a América Latina numa Cortina de Ferro. As filas estão aí, buscando emprego. É a esquerda caviar, crême de la crême, o encontro dos helicópteros em Inhotim com S. Exa. o rei Fernando, do Palácio da Liberdade, que não quer ficar em Venda Nova, não gosta de Venda Nova e quer ficar aqui, na região Sul de Belo Horizonte.

O deputado Durval Ângelo* - Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, creio que venho reafirmar algumas questões que eu já tenho dito em outros momentos. Primeiro, a respeito do veto do senhor governador Fernando Pimentel.

Eu disse ontem dia 4, mas não foi no dia 4. No dia 6 de janeiro, o governador encaminhou para este Poder a sua proposta de reforma administrativa, em regime de urgência, que foi lida aqui no Plenário. A oposição, muito atenta, cobrou imediatamente o fato de a proposta não estar acompanhada do respectivo anexo em que constava o aumento de gastos; cobrou ainda que compromissos de campanha assumidos pelo Pimentel fossem transformados em realidade.

Citaram dois aqui, de que eu participei. O primeiro foi um fórum amplo com a agricultura familiar no Estado e com os movimentos de luta pela terra, em que o governador assumiu o compromisso de criar uma secretaria que atuasse nessa área. Isso foi assumido com entidades como a Fetaemg, o MST, e tantas outras. Então o governador encaminhou a proposta de criar uma secretaria para tratar da reforma agrária, para cuidar da agricultura familiar. E, diga-se de passagem, agricultura familiar que representa quase 70% dos empregos gerados no campo, no Brasil. E aí vem um discurso que só fala da importância do agronegócio e que também gera quase a mesma proporção, 67%, 68%, dos alimentos que nós comemos no Brasil. Então só esses dois argumentos já serviriam, por si, para justificar a criação dessa secretaria. Sem contar que 88% das propriedades rurais existentes são pequenas e médias propriedades, e não latifúndios, não grandes propriedades.



Além disso, a agricultura familiar representa um quarto das exportações de Minas Gerais. Só no campo do café, 53% do que é produzido no Brasil é produzido em Minas Gerais. É interessante que, no conjunto da importância das exportações, a agricultura familiar alimenta, produz para o mercado externo, gera emprego e exporta.

A Secretaria de Direitos Humanos foi outra que também acompanhei. Participamos de várias discussões com entidades de direitos humanos que insistiam na importância do que já existiu há 20 anos no governo, na Secretaria de Direitos Humanos. Aí o governador encaminhou para cá, com a mudança e a criação de outros órgãos, a Secretaria de Recursos Humanos - importante na interlocução com os servidores, como vem demonstrando agora com a questão dos professores e da educação.

Usando do nosso poder de forma soberana, esta Assembleia modificou a proposta do governador. A primeira coisa mantendo a Ouvidoria-Geral do Estado, a Subouvidoria-Geral e, ao mesmo tempo, modificando profundamente, como foi feito pelo deputado Rogério Correia, relator, a estrutura da Secretaria de Planejamento - Seplag. Mudamos muitas competências. Em razão desse aumento de custo e da mudança das competências, o governo vetou a Secretaria de Recursos Humanos. Então, não é incoerência dele. O governo não vetou a sua proposta original. O governador Fernando Pimentel vetou a sua proposta modificada e transformada. É bom deixar claro para que não pareça dúvida alguma sobre um discurso muitas vezes fácil. As palavras fáceis podem também ser enganosas porque querem apresentar uma simplicidade que não existe.

Quero deixar bem claro que o governador Fernando Pimentel, ao encaminhar o veto para esta Casa, encaminha-o de forma coerente e dentro da legalidade. As publicações aconteceram na legalidade. Todos os procedimentos do governo foram legais. Tanto que a oposição não conseguiu o intento que queria na sua questão de ordem.

Agora prestei atenção atentamente, como sempre faço, às palavras do deputado João Leite, e as valorizo muito. Ele disse que, em 20 anos de PT em Belo Horizonte, não houve obras. Primeiro, o PT não ficou 20 anos no poder. Patrus Ananias ficou 4, e Fernando Pimentel, 7 anos, sendo que 3 foi como interino. Então, só 4 anos definitivos. O governo do PT realizou muitas obras. Se o João Leite não as viu, gostaria de citar aquelas da qual ele participou diretamente. Ele foi secretário de Esportes do prefeito Patrus Ananias e fez um belo trabalho em Belo Horizonte. Daí surgiu o embrião do Campos de Luz posteriormente, com o deputado João Leite; criou o projeto educacional e esportivo Bom de Bola, Bom de Escola, por meio de programas bastante significativos que desenvolveu. Então, em Belo Horizonte, a Secretaria de Esportes do PT, no governo Ananias, fez muita diferença. Foi uma grande secretaria. É interessante que, com o projeto Dente de Leite, direcionado aos meninos e que o deputado João Leite desenvolveu, houve redução da criminalidade e melhoria nos índices de escolaridade. Então, temos memória. Quero destacar aqui o belo trabalho do secretário de Esportes do prefeito Patrus Ananias, do PT, deputado João Leite.

Eu poderia citar muitos outros: todo o sistema viário, que tinha parado desde a época do Hélio Garcia, e todas as mudanças de infraestrutura em Belo Horizonte foram feitas no governo do PT, além do grande projeto que hoje atinge o mundo inteiro, o Vila Viva. No período Fernando Pimentel, o projeto era feito com diálogo com o povo, coisa que não temos hoje. Mas o embrião está lá na Serra, onde a criminalidade foi reduzida, onde as pessoas moram com dignidade.

Poderia citar que todos os projetos, repito, todos, sem exceção, feitos no governo Márcio Lacerda foram projetos encaminhados, na época, ao ministério, no governo Fernando Pimentel. Evidente, Fernando não ensinou a ele como derrubar viaduto, como deixar viaduto cair, rachar, porque a Sudcap tinha um rigor muito grande na fiscalização, rigor que perdeu no governo Márcio Lacerda, onde a relação promíscua com empreiteiras viciou esses projetos originais.

Fernando Pimentel foi reeleito com quase 70% dos votos e terminou seu governo com a popularidade de 92%, considerado o melhor prefeito do Brasil, um dos maiores prefeitos do mundo. Foi reconhecido e aclamado pelo belo trabalho que fez em Belo Horizonte. Digo mais, mesmo com essa referência na prefeitura de Belo Horizonte, para enfrentarmos um rolo compressor de tantos partidos, numa máquina administrativa tão poderosa em Minas Gerais, isso só foi possível pela ação, pelo reconhecimento da sociedade mineira ao trabalho do governador Fernando Pimentel.

Então quero fazer apenas esse destaque aqui, mas dizer que é saudável e democrático esse debate. Que possamos na semana que vem estar votando, sim, dentro da pluralidade que compõe esta Casa, mas, pelo menos, colocando os pingos nos "is", que acho ser necessário neste momento. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Bonifácio Mourão* - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, volto a esta tribuna para sustentar o recurso que fizemos aqui a respeito de duas questões de ordem negadas pela Mesa da Assembleia Legislativa sob alegação de que não tinham apoio no Regimento Interno e na Constituição. Quero sustentar, como fiz da primeira vez, com ofício, nosso recurso, e como fiz na tribuna ontem. Há fundamento na Constituição Federal, a partir do art. 37, na Constituição do Estado de Minas Gerais e no Regimento Interno. Não houve, conforme já assinalamos aqui, a publicidade, recomendada em lei, do veto e suas razões, principalmente da rerratificação contida no jornal publicado em apenas 100 tiragens, no dia 27 de março do corrente ano.

O Minas Gerais circula normalmente com 5.400 unidades por dia, e este só tinha 100 unidades. Se ele tinha 100 unidades e normalmente circula com 5.400, alguma coisa errada está por aí. Além disso, essas 100 unidades foram dirigidas às pessoas recomendadas pelo governo, não foi ao povo de Minas Gerais, para ter conhecimento da transparência da administração, como recomendam a lei e a doutrina de um modo geral. A publicidade é essencial para conhecimento de terceiros, para conhecimento de tudo que ocorre nos atos administrativos das políticas públicas do governo. A publicidade é recomendada não só na lei, mas em todas as instâncias da justiça neste país, incluindo o STF, nos votos muito sábios e ilustrativos da ministra Cármen Lúcia, do ministro Luiz Fux e de tantos outros ministros do STF; na doutrina internacional do grande Norberto Bobbio, na doutrina nacional de José Afonso da Silva e de Celso Antônio Bandeira de Mello e de tantos outros doutrinadores louvados pelo direito administrativo e pelo direito constitucional. Não sou eu, não é este deputado que está inventando a importância da publicidade. O fato de ter imprimido um jornal, da rerratificação, no dia 27, não é o bastante. É necessário imprimir e divulgar, da forma como divulgaram nas outras oportunidades, com milhares de jornais, e não apenas com 100, dirigidos a pessoas recomendadas pelo governo. Não se atingiu o objetivo da publicidade. Fizemos duas questões de ordem, a principal foi sobre essa questão. Levantou-se a questão de que o recurso não foi



impetrado no tempo oportuno, que foi a destempo, que não se cumpriu o prazo; mas, aconteceu o contrário. O Minas Gerais foi publicado no sábado, dia 23, quanto à decisão da Mesa. O prazo começa a ser contado no primeiro dia útil, sem contar o primeiro. O primeiro dia útil seria segunda, então começaria na terça-feira: 23 sábado, 24 domingo, 25 segunda, 26 terça; e venceria ontem, dia 27. Foi o dia em que entramos com nosso pedido de suspensão. Ontem, dia 27, pedimos a suspensão de todos os atos processuais, baseados no recurso a que demos entrada na data oportuna. Então estamos cumprindo processualmente o prazo relativo ao nosso recurso.

Estamos nesta tribuna também para lembrar que, na verdade, prestamos bem atenção às últimas divulgações, deputado Gustavo Corrêa, nosso grande líder, e deputado Durval Ângelo, líder do governo, com quem temos um diálogo da melhor qualidade. Estávamos vendo ontem, nas divulgações nacionais, que muito se fala aqui dos governos passados, particularmente de Aécio Neves, Anastasia e Alberto Pinto Coelho, afirmando-se que deixaram um rombo de R\$7.000.000.000,00 no orçamento. No entanto, conforme falei ontem e conforme comentou muito bem o deputado Gustavo Corrêa, o Banco Central do Brasil, o órgão mais autorizado para falar sobre a questão, mostrou a todos os brasileiros que o Estado que deixou o maior superávit de todos no Brasil foi Minas Gerais, que deixou um superávit de R\$3.100.000.000,00 no final de 2014, no final do governo anterior.

Então, entre tantas palavras que se ouvem por aqui, entre tantos comentários que se fazem, vamos seguir a linha adotada pelo órgão técnico e autorizado sobre o assunto, que é o Banco Central do Brasil. Minas Gerais está à frente de todos os estados brasileiros. O segundo estado a ter o maior superávit foi o Rio Grande do Sul, com novecentos e poucos milhões de reais, menos de 1/3 do superávit do Estado de Minas Gerais. E os governos de Aécio, Anastasia e Alberto fizeram tantas e tantas obras pelo Estado de Minas Gerais?! Na área de infraestrutura, principalmente com o Processo e com o programa Caminhos de Minas, que foi interrompido pelo governo atual; na área da saúde, por exemplo, a expectativa de vida passou de 73 para 75 anos. Com relação à criança que nasce com vida, em média, morriam 17 crianças por 1.000; esse número baixou para 14. Não é o ideal. De acordo com a OMS, o ideal são 10. Mas caminhou-se bastante na direção do ideal. Nas outras áreas, como da telefonia, desde o tempo de Aécio Neves colocou-se celular em todos os municípios mineiros. A telefonia celular faltava em mais de 400 municípios. No final do governo, já com Alberto Pinto Coelho, chegamos a inúmeros distritos de Minas Gerais. Por esses dias participei da inauguração do telefone rural no Distrito de Correntinho, no Município de Guanhães, colocado pelo então governador Alberto Pinto Coelho, o que se iniciou com Anastasia.

Se formos falar de outras áreas, dos hospitais regionais, foram deixados praticamente prontos. O de Governador Valadares, paralisado na administração do Sr. Fernando Pimentel, do PT, estava praticamente com 80% prontos. Então estamos falando de um governo que fez obras essenciais, atraiu investimentos para Minas Gerais e terminou o governo de forma louvável, deixando um superávit de R\$3.100.000.000,00. Assim, Sr. Presidente, deputado Ulysses Gomes, queremos terminar as nossas palavras.

* - Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 8/6/2015, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos, relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Fábio Avelar Oliveira

torrando sem efeito o ato publicado no Diário do Legislativo, edição de 4/6/2015, que nomeou Ricardo Fernandes de Oliveira do cargo em comissão de recrutamento amplo de Auxiliar de Gabinete, padrão VL-29, 4 horas;
exonerando Viviane Izabel de Freitas do cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão VL-52, 8 horas;
nomeando Viviane Izabel de Freitas para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão VL-55, 8 horas.

Gabinete do Deputado Missionário Marcio Santiago

exonerando Veny da Silva Gonçalves do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;
nomeando Maurício da Silva Gonçalves para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas.

Gabinete do Deputado Noraldino Júnior

exonerando Ana Luíza Tavares Lima do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas;
exonerando João Marcos Fidelis de Almeida do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;
exonerando Marina Manoela Meireles Corrêa Zebal do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 4 horas;
exonerando Nathalia Rola Fagundes Cardoso do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas;
exonerando Paulo Cesar Rossignoli Barros do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;
exonerando Ricardo Smyllie Affonso do cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 4 horas;
nomeando Ailton Barbosa Lima para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;
nomeando Ana Luíza Tavares Lima para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;
nomeando Hilcélia Reis Teixeira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;
nomeando Marina Manoela Meireles Corrêa Zebal para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão VL-29, 4 horas;
nomeando Nathalia Rola Fagundes Cardoso para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão VL-55, 8 horas;
nomeando Ricardo Smyllie Affonso para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas;
nomeando Vicente Abreu Netto para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Gabinete do Deputado Tiago Ulisses

exonerando Virgínia Maria Paes Ribeiro de Barros do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão VL-29, 8 horas.

**Gabinete do Deputado Vanderlei Miranda**

exonerando Afonso Barros Marques do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;
exonerando Henrique Sales Silveira do cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão VL-52, 8 horas;
nomeando Afonso Barros Marques para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas;
nomeando Henrique Sales Silveira para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas.

Nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e 5.305, de 22/6/2007, da Lei nº 9.384, de 18/12/1986, e da Resolução nº 5.203, de 19/3/2002, assinou os seguintes atos:

exonerando Wagner Jones de Almeida do cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo, padrão VL-29, código AL-EX-03, do quadro de pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Compromisso com Minas Gerais;

nomeando Grazielle da Silva Soares para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo, padrão VL-29, código AL-EX-03, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Compromisso com Minas Gerais.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.130, de 4/5/1993, 5.179, de 23/12/1997, e 5.305, de 22/6/2007, e da Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando Hilcéia Reis Teixeira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Compromisso com Minas Gerais;

exonerando Isaura Maria Ladeira Malta do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas, com exercício no Gabinete da 2ª-Secretaria;

exonerando Mauricio da Silva Gonçalves do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Verdade e Coerência;

nomeando Isaura Maria Ladeira Malta para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão VL-29, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Compromisso com Minas Gerais;

nomeando Paulo Cesar Rossignoli Barros para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Compromisso com Minas Gerais.

AVISO DE LICITAÇÃO**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2015****NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 43/2015**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 22/6/2015, às 15 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a contratação de sociedade empresária para prestação de serviços de impermeabilização com fornecimento de materiais.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos sites www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, em Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 9 de junho de 2015.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 59/2015

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Media Design Comunicação Ltda. Objeto: contratação de 2.500 horas em desenvolvimento de aplicativos em linguagem Objective-C, na plataforma Apple iOS, versão 4.3 ou superior, para iPhone e iPad. Objeto do aditamento: quarta prorrogação, com reajuste do preço, inclusão de novas cláusulas, considerando a norma ABNT NBR Isol/IEC 20000, e indicação de servidor responsável pelo contrato. Vigência: de 4/7/2015 a 3/7/2016. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

**ERRATAS****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 36/2015**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 9/6/2015, na pág. 5, no despacho, onde se lê:

“Publicada, vai a proposta à Comissão Especial para parecer, nos termos do art. 201 do Regimento Interno”, leia-se:

“Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Nozinho e outros. Anexe-se à Proposta de Emenda à Constituição nº 30/2015, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno”.



PROJETO DE LEI Nº 1.881/2015

(Ex-Projeto de Lei nº 231/2011)

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 9/6/2015, na pág. 13, no título, onde se lê:
“Ex-Projeto de Lei nº 231/2011”, leia-se:
“Ex-Projeto de Lei nº 213/2011”.

PROJETO DE LEI Nº 1.898/2015

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 9/6/2015, na pág. 24, no despacho, onde se lê:
“de Educação”, leia-se:
“do Trabalho”.

PROJETO DE LEI Nº 1.906/2015

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 9/6/2015, na pág. 33, no despacho, onde se lê:
“às Comissões de Justiça e de Educação para parecer, nos termos do art. 188”, leia-se:
“às Comissões de Justiça e de Educação e à Mesa da Assembleia para parecer, nos termos do art. 190”.